



MUNICÍPIO DE AVEIRO Assembleia Municipal

ACTA N.º 20

Sessão Ordinária Novembro

3.ª Reunião de 28/11/2014

Aos vinte e oito dias do mês de Novembro do ano dois mil e catorze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia, António do Pranto Nogueira Leite, secretariado pela Primeira Secretário da Mesa Maria José Teixeira de Moraes Afonso França, e a vogal Daniela Marisa Pereira de Magalhães, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos Vogais, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Mónica Filipa Cristóvão Gomes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Susana Cristina Chaves Baptista Esteves, David Paiva Martins, Carlos Manuel Ramos da Silva, Firmino Marques Ferreira, Victor Manuel Marques de Oliveira, Fernando Tavares Marques, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Maria Arminda Rodrigues de Sousa Correia, Paulo Alexandre Florentino Marques, Maria Leonor Nunes dos Reis, Antero Marques dos Santos, Anabela de Almeida Saraiva, Nuno Manuel Marques Pereira, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Eduardo Anselmo Moreira Fernandes de Castro, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Jaime Manuel Pereira dos Reis Vinagre, João Carlos Rodrigues Morgado, Aida Isabel Pereira Tavares, Jorge Manuel do Nascimento, Nuno Frederico Miranda Leite, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias, e António Manuel dos Santos Salavessa.[001](#)

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a segunda reunião da sessão.

Nesta reunião da sessão faltaram os Vogais, Simão Pedro da Fonseca Tavares Quina e Maria da Luz Nolasco Cardoso.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara José Agostinho Ribau Esteves, os Vereadores Jorge Manuel Mengo Ratola, Carla Raquel Castro da Rocha Madureira, Luís Miguel Capão Filipe, e Paula Cristina Dias Urbano Antunes. O Vice-Presidente Jorge Manuel de Almeida Campino (chegou às 23.00 horas) Não estiveram presentes os Vereadores Eduardo Elísio Silva Peralta Feio, João Francisco Carvalho Sousa, e Élio Manuel Delgado da Maia.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião do Segundo Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e dos Vogais, Victor Manuel da Silva Martins, Ricardo Jorge Trindade Sabino, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Maria Cristina Regales de Jesus Pires, Carlos Manuel da Silva Santos, Ivar Jorge Alves Corceiro, e Filipe Seiça Neves Barbado Guerra, pelos sucedâneos nas listas de candidatura, respetivamente, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Maria Cristina Macedo Costa e Veiga, Maria Leonor Nunes dos Reis, Anabela de Almeida Saraiva, Paulo Jorge Coimbra Fontes, Aida Isabel Pereira Tavares, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel dos Santos Salavessa.[002](#)

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa, informou que os Presidentes de Junta de Freguesia Casimiro Simões Calafate e Henrique da Rocha Vieira, se fizeram substituir nesta reunião, por Carlos Manuel Ramos da Silva e Nuno Frederico Miranda Leite.

Os sucedâneos nas listas de candidatura, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Bruno Miguel Ribeiro Costa, Ana Manuel Torres Pereira, João Condinho Vargas, António Manuel Cruzeiro Natal Garcia, António dos Santos Costa, Maria Odete Gomes da Costa, e João Carlos Bandeira Catarino, pediram escusa.

Foram efetuados os reconhecimentos de poderes.

(Nos termos regimentais, todas as intervenções têm como suporte gravação áudio.)

PONTO 7. – APRECIÇÃO DO 11º RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO FINANCEIRO DA CMA.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião Extraordinária pública realizada em 31/10/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa,⁰⁰³ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁰⁴

“Sr. Presidente. Srs. Membros. Muito boa noite. Muito obrigado. Um minuto apenas para dizer que não há nada de novo no décimo primeiro relatório em relação ao décimo relatório. Substantivamente a questão é a que é. Ainda teremos, seguramente, que apreciar o décimo segundo e o décimo terceiro. Mas também seguramente que qualquer um desses dois, como este, confirmarão aquilo que ficou dito com toda a clareza no décimo relatório, e que, além do mais, nos motivou, aqui mesmo, na Assembleia Municipal, a uma discussão mais profunda. Da nossa parte apenas esta nota muito sumária. O décimo primeiro confirma a sentença de morte do plano de saneamento financeiro no âmbito do décimo relatório. Teremos, seguramente, uma boa substituição, estamos a fazer tudo para que ela seja, de facto, boa substituição, pelo novo Plano de Saneamento Financeiro que se chamará Plano de Ajustamento Municipal, no quadro da lei 53 que já se encontra em vigor.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁰⁵

“Ex.mo Senhor Presidente, Ex.mos Senhores deputados, Ex.mo Senhor Presidente de Câmara e demais vereadores.

É uma obrigação legal a apreciação independentemente do caminho e da avaliação que é feita ao relatório de saneamento financeiro. As coisas estão cada vez mais misturadas entre aquilo que está a decorrer e aquilo que se perspectiva, no entanto não posso deixar de passar a oportunidade para fazer algumas considerações.

Uma é de facto o reconhecimento por este executivo, um reconhecimento que está passado a escrito seja na introdução ao relatório, seja na introdução às GOP's e ao Orçamento, que este plano de saneamento financeiro é globalmente inconsequente e que manifestou uma incapacidade absoluta de resolver os problemas.

Portanto é bom que quando se fazem estas considerações haja um exercício de autocritica por parte de quem os concebeu.

E, eu assisti na última sessão, lá atrás nas bancadas do público, aquilo que considereí uma manobra, não diria experta, mas talvez inteligente de parte do Senhor Presidente da Câmara ao identificar a coligação “Juntos Por Aveiro” como sendo os herdeiros da gestão anterior.

Eu a esse respeito direi que o PCP não se deixará envolver nessa tentativa de classificar os “Juntos Por Aveiro” como os herdeiros da gestão anterior. A gestão anterior foi levada para as cadeiras da câmara e da assembleia municipal pelos votos dos aveirenses, num símbolo que continha as siglas do PSD e do CDS, e esta maioria veio para as cadeiras da Câmara e da Assembleia com um símbolo com a sigla do CDS, do PSD, e eu acrescento do PPM.

Portanto, os herdeiros da coligação anterior são os senhores que aí estão e que ocupam a maioria.

E é de todo curial que quem tem assento pelo PSD e pelo CDS nesta Assembleia Municipal, olhe para aquilo que aí vem com olhos de ver e reflita naquilo que vai decidir. Para primeira intervenção está.”

Vogal João Pedro Dias (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[006](#)

“Antes de mais boa noite a todos os presentes nesta Assembleia. Salientar que efetivamente há aqui uma ideia perigosa que foi de facto reiterada pelo Presidente que é que o PAM vai ser um substituto de qualidade do Plano de Saneamento Financeiro. Para já há uma ideia perigosa que é essa substituição apaga os erros do passado! Não apaga. Os juro do Plano de Saneamento Financeiro não desaparecem. E indo ao encontro do meu colega que me antecedeu, que é a questão da responsabilidade não pode morrer solteira. Ou seja, até aprece que estive aqui um executivo completamente avesso áquilo que é a ideologia do PSD e do CDS. Se não era a coligação anterior com protagonistas à cabeça eventualmente diferentes, com protagonistas na Assembleia eventualmente iguais, mas que no grosso daquilo que são as políticas locais são bastante semelhantes. E portanto nós não fazemos aqui tábua rasa daquilo que é a responsabilidade da direita naquilo que é o presente e já agora no passado e no futuro.

Salientar já agora que em relação ao Plano de Saneamento Financeiro, se verifique de facto que a consequência para Aveiro se mantém. Por exemplo à décima prestação que é paga, temos meio milhão só em juro. Só para sublinhar o facto que não estamos a apagar um programa e substituir por outro. Estamos a ter uma herança pesada e vamos herdar outra chamada Programa de Ajustamento Municipal.

Com estes programas transferimos verbas vindas do Estado por endividamento à banca. Aliás, acho que o Presidente deveria fazer um comentário sobre aquilo que entende por estes programas em que há uma perda bastante grande de autonomia por parte da autarquia. Já falámos aqui sobre o PAM e nomeadamente o que acontece à Assembleia Municipal e os poderes de fiscalização que perde por ter em vigor o programa de ajustamento municipal. E portanto, programa a programa a autarquia endivida-se a longo prazo.

Ao abrigo do Plano de Saneamento Financeiro reduziu-se pessoal, perderem-se serviços, e não há registo de benefícios para a autarquia, para o município. E que benefícios é que trará o PAM? Fica a pergunta.

Aliás o PAM tem no nosso entender princípios genéricos que se assemelham ao Plano de Saneamento Financeiro nomeadamente sobre o que acha serem serviços essenciais da autarquia, mas não os defende e não diz como os salvaguarda.

E uma pergunta muito concreta para finalizar. No Plano Saneamento Financeiro fala-se numa diminuição de horas extraordinárias. E a minha questão é paga-se menos por este tipo de trabalho ou efetivamente foram feitas menos horas no exercício do plano de saneamento financeiro?”

(Deram entrada na sala os Vogais Maria Cristina Macedo Costa Veiga e Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida)

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁰⁷

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁰⁸

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁰⁹

Vogal Maria Arminda (CDS)⁰¹⁰

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰¹¹

Vogal António Salavessa (PCP)⁰¹²

Vogal Maria Arminda (CDS)⁰¹³

Presidente da Mesa⁰¹⁴

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰¹⁵

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal João Alberto Simões Barbosa)

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰¹⁶

“Boa noite a todos os presentes. Relativamente a este Relatório é conhecida a posição do PS desde o seu início. Este Relatório é uma verdadeira inutilidade. E se há forma mais concreta do expressar basta perceber claramente quando tem lá qualquer coisa que diz que se pode concessionar o Estádio por sessenta milhões de euros.

Portanto a partir daí tudo o resto é ficção e qualquer minuto que possamos despender a discutir o que quer que seja do seu conteúdo e do seu resultado é uma verdadeira perda de tempo.

Não obstante esse facto, são bem conhecidos os autores deste Relatório. Não vale a pena estar aqui a lembrar quem é que produziu o Relatório. Até poderíamos admitir que existia uma situação de desequilíbrio financeiro, mas o relatório tinha medidas que supostamente pretendiam corrigir isso mesmo. E o resultado é completamente absurdo.

Identificados os autores, que não são do atual executivo, importa referir que este Relatório já devia ter sido substituído há muito tempo. Aliás, era uma promessa do anterior executivo e nunca tal aconteceu. Resta esperar que o PAM que supostamente virá substituir o Relatório de Saneamento Financeiro, tenha um resultado muito mais profícuo que aquele que está aqui espelhado neste documento. E não há mais nada a dizer, penso eu, sobre este assunto.”

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰¹⁷

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[018](#)

“Muito obrigado. Deixem-me dizer que a única coisa que eu não esperava vir discutir na Assembleia era questões de heranças! Mas enfim, lá terá de ser, faz parte da vida. Mas gostaria de lembrar para quem gosta mais dessas questões das mortes, gostaria de lembrar que o julgamento dos eleitores já foi feito. O julgamento sobre quem foram os responsáveis pela situação em que a Câmara se encontra já foi feito. Já foi feito várias vezes. E a última vez disseram “esta maioria que está aqui representada do PSD, do CDS e do PPM, esta maioria é que deve governar a Câmara. Lamento muito que isso não é de agrado de alguns dos senhores vogais da assembleia. É da vida. Portanto não me parece que seja muito interessante voltarmos a isso. Eu acho que em todas as reuniões em que estive aqui presente esse assunto foi discutido.

Segunda questão que eu gostaria de dizer era que eu gostaria de agradecer ao nosso colega Francisco Picado pela sua intervenção. Haja algum bom senso. Preocupemo-nos com aquilo que devemos preocupar daqui para a frente. Olhemos para o futuro e procuremos resolver os problemas do futuro. E deixemos o passado o passado que já foi tratado pelos eleitores — deixemo-lo. Aprendamos com ele mas não andemos sempre à procura de um motivo de querela por causa daquilo que se passou há quatro anos! Estamos numa nova fase há um ano. Há pouco mais de um ano estamos numa nova fase. Encaremo-la e procuremos tomar daí o máximo partido. Muito obrigado.”

(Deu entrada na sala o Vogal António Ildebrando Nunes Costeira)

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[019](#)

“Está claro que estamos todos em sintonia com o documento. E isso é o mais importante porque o que está em causa é este relatório de avaliação do Plano. Portanto, é importante que a nota que fica, clara, de todas as nossas intervenções, é isto: o relatório está correcto, a avaliação que o relatório faz ao Plano de Saneamento Financeiro está correcta e isso é de grande importância para aquilo que estamos aqui a fazer.

Em relação às questões dos resultados eleitorais, quem ainda não percebeu, de facto, tem que ir perceber. Mas sobre isso é importante não gastarmos aqui muito tempo. Quem não sabe o que é uma mudança de caminho, quem não sabe o que é a importância dos homens nos partidos mais do que a importância dos partidos nos homens, quem não sabe interpretar resultados eleitorais, pois vai ter que o aprender ou então opta por viver a sua vida sem o querer perceber. Viva a liberdade e a democracia, cada um faz como muito bem entende. O Povo é, de facto, quem mais ordena; ordenou e ordenou com clareza. Nós estamos a dar o nosso melhor para cumprir com lealdade a ordem que nos foi dada, mediante proposta que apresentámos de forma muito clara aos nossos concidadãos.

Duas ou três respostas objetivas ao João Pedro Dias para lhe dar nota de que um dos ganhos que o FAM tem é exatamente nos custos financeiros. Já gastámos quase todos os oito milhões de euros que recebemos do FAM e, basicamente, a maior parte foi para pagar à Caixa Geral de Depósitos e ao BPI porque tínhamos pagamentos de serviço de dívida em atraso que, só de sobrecustos e de sobretaxas tinham três por cento e um por cento, respectivamente. Nós, só o spread actual, ou melhor, o spread é fixo, zero vírgula quinze e a taxa que estamos a pagar é de dois por cento. Portanto veja o ganho e agora comecem a fazer as contas; nós depois iremos trazer à Assembleia todas essas contas em sede de discussão da conta de gerência. Há um ganho monumental em custos financeiros por estarmos a fazer esta operação.

Em relação à perda de autonomia e ao comentário, embora pedindo-lhe, como o Bloco de Esquerda roda muito as pessoas na Assembleia Municipal, obviamente isso é da vossa conta, pelo menos, uma leitura às actas anteriores. Não vou estar aqui a repetir, não vou estar a cansar todos por causa de alguns, e, portanto, aconselho uma leitura a algumas actas. Mas só deixar esta nota. Com o PAM e o FAM vamos ganhar autonomia que hoje não temos. Um dos grandes problemas da nossa câmara é que não temos autonomia para fazer nada e só fazemos ilegalidades, umas atrás das outras, porque não cumprimos a lei dos compromissos, não cumprimos a lei do Orçamento do Estado nos limites de endividamento, tivemos que fazer um exercício de engenharia legislativa, já iremos falar sobre ele, para termos Plano, etc., etc., etc. Portanto, um dos ganhos é, exatamente, reganhar autonomia já que hoje, a nossa autonomia, é, praticamente, nula.

Quanto às horas extraordinárias, também falaremos disso com pormenor na Conta, o efeito, o ganho muito importante em redução de custos com as horas extraordinárias tem duas origens. A origem na redução do custo unitário das horas e a origem na redução da quantidade das horas, sendo que, em dois mil e catorze, o contributo foi muito maior do que o número de horas que se reduziu, do que o custo unitário que também reduziu; demonstraremos isso com os números.

Ao Sr. Dr. Jorge Nascimento só dizer-lhe o seguinte. Um dos problemas de quem não sabe nada de finanças é que não sabe usar os instrumentos financeiros. Eu estarei ao dispor para lhe explicar como é que outras câmaras, nomeadamente alguma que o inspira mais, fazem o exercício de gerir a despesa, a receita e as oportunidades de refinanciamento. Muitas câmaras em Portugal andaram muito bem porque geriram o seu Plano de Investimento, mas que foram ao PRED, o Sr. Dr. esqueceu-se do PRED, ou foram ao PAEL, e hoje fazem inveja à Câmara de Aveiro porque a sua relação entre a sua dívida e a sua receita, por exemplo numa que me estou agora a lembrar, é de zero vírgula seis. Só lembrando o número, a nossa é de três vírgula seis. Portanto, uma das estratégias de gestão de uma câmara, de uma empresa, é, exatamente, o manuseamento correto dos instrumentos financeiros que temos ao nosso dispor. O problema de algumas câmaras, como a nossa, é que não manusearam nenhum, e como não manusearam nenhum tiveram que construir um Plano de Saneamento absolutamente irreal para procurarem sair de uma situação grave. Mas, para arranjar uma solução para um problema grave, arranjam uma solução ilusória que deu na manutenção da patologia. A diferença é exatamente essa, Sr. Dr. Quem usa os instrumentos em plenitude, com a devida sustentabilidade financeira e o equilíbrio que muitas câmaras, muitas câmaras não, que a esmagadora maioria das câmaras portuguesas têm. Quem não usa nada pega numa ilusão e procura que essa ilusão lhe resolva os problemas. Conclusão... o problema não foi resolvido, por mais que possamos achar que melhorou um bocadinho, ou dois bocadinhos, ou três bocadinhos. Muito bem, fiquem lá a discutir o bocadinho da melhoria, mas resolver, de facto, não resolvemos e continuamos a ser uma das piores câmaras portuguesas; pertencemos ao grupo das quarenta e três piores geridas, com piores rácios financeiros, e temos que sair disto. Está claro que não é com o Plano de Saneamento Financeiro que aqui estamos a avaliar.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[020](#)

“Aquilo que pretendo acima de tudo neste ponto (e já o disse na primeira intervenção) é alertar os senhores deputados (eu alerto-me a mim próprio) que devem olhar para as propostas que aí venham com olhos de ver. Quer dizer, nós não podemos assistir, não podemos deixar de tirar ilações de alguém que diz “do que se trata hoje é de dar as

condições políticas que permitam a Aveiro restaurar o bom nome da Câmara e a sua honradez em todos os planos, nomeadamente aquele que estamos aqui a tratar hoje”. Não estou a falar de Ribau Esteves. Estou a falar de uma intervenção aquando a aprovação deste Plano de Saneamento Financeiro proferida por Miguel Soares Fernandes do CDS. Ou “ a bancada do PSD só pode votar a favor deste Plano de Saneamento Financeiro do Município, na convicção de que é com esta medida que nós podemos minimizar os impactos negativos que esta gravosa situação financeira que temos vivido possa ser de uma vez por todas minimizada”. Estou a falar de Manuel António Coimbra do PSD. Não estou a falar de ninguém que esteja na atual coligação da Aliança com Aveiro.

Portanto disseram desta maneira quando haviam vozes que demonstravam que as coisas não iam ser assim. Aquilo que pretendo é que quando for o momento olhemos para aquilo que nos é proposto, com os de ver.

E esses olhos de ver senhor Presidente, para concluir, dizem-nos que neste primeiro ano de mandato de 2013, que a previsão do PSF era de um excesso ao limite de endividamento de vinte dois milhões ponto sete, e que ele foi neste ano de cinquenta e um milhões ponto oito. De modo que se pudesse sintetizar a explicação para este pormenor agradecia.”

Vogal João Pedro Dias (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[021](#)

“Já reparei que o Senhor Presidente tem o hábito de russificar as intervenções dos membros da Assembleia, é algo que está no seu direito, mas produz alguns equívocos porque eu aconselho aquilo que digo com os colegas que me antecedem, e sobre esta assunto que eu perguntei sobre autonomia local já eu tinha feito a pergunta, já a minha colega tinha feito a pergunta, e concluímos que se há uma resposta real não há uma resposta formal.

Aquilo que eu perguntei da primeira vez que fiz a pergunta era o PAM retira poderes à Assembleia para cumprimento do mesmo? E a resposta do Presidente não aborda esse assunto. Remete para outro assunto dizendo que há um ganho de autonomia e não responde concretamente a isto.

Confirma o que eu disse, está a pagar serviço de dívida do PSF. Portanto o PAM não resolve os problemas do PSF. Pode dizer que é vantajoso as condições de endividamento do PAM, mas aquilo disse e volto a reafirmar é que estamos a fazer uma sobredosagem de programas de austeridade sobre os aveirenses. Que ainda por cima atacam a democracia. Aliás, eu registo que de facto há uma vertente dupla na redução dos encargos com horas extraordinárias e uma dessas vertentes é precisamente a redução do custo unitário. Aqui está mais uma medida de austeridade sobre o trabalho que o Relatório não espelhava com clareza.

Portanto aquilo que me respondeu devia estar no Relatório quer era que de facto há redução de custos pela via horária, mas também há uma austeridade sobre os aveirenses que é o valor do seu trabalho foi reduzido para cumprir o plano de saneamento financeiro.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[022](#)

“Já aqui foi dito, não interessa falar sobre o passado, interessa falar sobre o futuro. Só interessa falar sobre o passado nalguma coisa que tenha de experiencia e que possa ser aproveitado. Mas aqui nós estamos mesmo a apreciar o passado. É um relatório sobre o

passado, portanto é este o ponto de ordem de trabalhos não podemos deixar de falar dele.

Na altura já foi dito que isto era insuficiente. Mas eu pergunto: havia na altura algum outro programa financeiro que as Câmaras pudessem aproveitar? Não havia, o PAEL veio depois. Havia uma intervenção da tutela governamental nas Câmaras que pedissem intervenção. Uma coisa muito parecida agora com o FAM, mas ainda mais acentuado. Creio que houve uma Câmara que se serviu dele que foi setúbal. E esta Câmara não quis entrar nisso e muito bem.

Mas o Senhor Presidente disse há pouco e gostava que esclarece-se sobre isto dos juros que a Câmara está agora a suportar com a caixa. Normalmente faz disto uma bandeira, mas se calhar é uma coisa simples. Porque se entrou em mora. Mas entrou em mora até desnecessariamente porque transitou no mandato a conta de gerência com cinco milhões de euros. E a prestação a pagar à Caixa era muito menor. Podia ter pago isso.

E se calhar até poderia ter atenuado as condições de recurso a este FAM se por exemplo tivesse incluído, como fez com as despesas das empresas municipais, tivesse incluído as receitas não é. Essa sobretaxa devesse a uma mora. Uma mora feita já na gerência desta Câmara, não da Câmara anterior que estava a cumprir essas obrigações, nessa matéria da sobretaxa que agora lhe aplicam. Muito obrigado.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[023](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Eu gostaria só de dizer que apesar da minha avançada idade eu continuo a pensar no futuro e passado já lá vai. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[024](#)

“Só para não deixar o João Pedro Dias sem as respostas. Não quero isso, o resto está tudo dito. E bem dito, é só preciso estudar um bocado a matéria para se saber que instrumentos financeiros estão ao dispor, porque é que os outros os usam, como é que o fazem. É muito fácil, é preciso é trabalhar muito, saber os instrumentos, ter capacidade negocial. Ficar a ver os comboios passar e andar a fazer circuitos entre casa e gabinete não dá para resolver problemas.

João Pedro Dias, responder com clareza. O PAM vai tirar poderes à Assembleia Municipal? Não. Isso é uma invenção de quem não lê a lei ou de quem a interpreta mal. A Assembleia Municipal e a Câmara Municipal continuarão a ter todos os poderes. O único elemento adicional no processo de tramitação de um plano, que passaremos a ter, se nós tivermos o nosso plano aprovado, assim será no Plano e Orçamento para dois mil e dezasseis, é que a nossa proposta de Plano tem que ser colocada à consideração, inclusivamente é uma consideração que não é vinculativa, apenas tem que ser sujeita a parecer, da Direção do Fundo. Toda a liberdade é nossa. Qual é a liberdade que perdemos? Mas já a perdemos. É a liberdade de fazermos asneiras a esmo. Essa liberdade acabou, mas acabou para as trezentas e oito câmaras do país. A loucura da governação da pátria, em que o dinheiro é uma coisa que se usa sem limite, acabou mesmo. Há gente que ainda não percebeu isto. Mas pronto, é da vida; uns percebem e seguem em frente e outros não percebem e não seguem em frente. Embora haja gente que nasceu na oposição e morrerá na oposição e não sabe o que é governar. O Bloco de Esquerda teve uma câmara em Portugal e perdeu-a, e duvido que algum dia ter alguma outra. Ainda por ciam entraram em situação de empate institucional o que é particularmente delicado. Mas não vale a pena inventar. Cá estaremos, daqui a um ano, a provar o que eu estou a dizer e o que está na lei. Teremos a liberdade, com a

responsabilidade e o enquadramento legal, porque na altura já estaremos a cumprir as leis todas, de termos o Plano que nós queremos, com as opções que nós queremos, mas um Plano responsável e cumpridor da lei que o país, com a legitimidade dos órgãos próprios, aprova.

Quanto à sobredosagem, também não vale a pena inventar. Não há sobredosagem nenhuma e este valor das horas extraordinárias não é instituído pela câmara. Quem define os ordenados dos funcionários da Administração Local em Portugal, na minha perspectiva erradamente, incluindo o valor das horas extraordinárias, é a Assembleia da República por proposta do Governo. Portanto, nós não pomos nem tiramos, infelizmente porque eu defendo um modelo completamente diferente a esse nível, mas na nação portuguesa é assim. Os ordenados, a vossa senha de presença, não são decisão minha, nem da Assembleia Municipal, é decisão de um quadro legal aprovado em instâncias nacionais. Portanto, a redução que existiu no valor unitário da hora extraordinária pertence ao número de medidas que o Governo e a Assembleia da República entenderam, por bem, aplicar no quadro da recuperação financeira de um país intervencionado pelo empréstimo da Troika.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa deu como concluído apreciação do 11º Relatório de Avaliação da Execução do Plano de Saneamento Financeiro da Câmara Municipal.

De seguida, o Vogal António Manuel dos Santos Salavessa,⁰²⁵ apresentou à Mesa um requerimento para que fossem aumentados para o dobro os tempos de intervenção dos grupos municipais, no ponto específico da discussão das Grandes Opções do Plano e Orçamento.

A Mesa, no entendimento do atual Regimento da Assembleia, indeferiu o requerimento apresentado.

Vogal Marques Pereira (PS)⁰²⁶

Nos termos do artigo 36.º do Regimento, o Vogal recorreu para o plenário da decisão da Mesa.

De seguida o Presidente da Mesa colocou à votação⁰²⁷ o requerimento apresentado pelo Vogal António Manuel dos Santos Salavessa, sendo o mesmo rejeitado.

Vogal Marques Pereira (PS)⁰²⁸

PONTO 8. – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO CMA 2015.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião Extraordinária pública realizada em 31/10/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida o Presidente da Mesa,⁰²⁹ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰³⁰

“Apenas para apresentar um Plano que está apresentadíssimo. Ele já foi à Câmara, já tem uma grande exposição pública, os membros da Assembleia Municipal já o conhecem, e, portanto, chegam dois minutos para apresentar o Plano. Este é um Plano instrumental, como todos, mas neste caso particularmente importante nessa condição de documento instrumental. E porquê? Porque ele é, diria, a primeira peça formal muito importante para irmos para a mesa das negociações com a Direcção do Fundo de Apoio Municipal. A direcção começa a trabalhar na próxima semana, logo na segunda-feira, primeiro dia de trabalho da direcção, estarei a pedir uma reunião de trabalho à direcção, e um dos documentos que levo é exactamente este, esperando, obviamente, que a Assembleia Municipal o aprove, como o fez o Executivo Municipal. Por isso o documento está cá. Exercitamos a aplicação do Fundo de Apoio Municipal na melhor das condições para a nossa Câmara Municipal, com a utilização de oitenta e quatro vírgula quarenta e cinco milhões de euros de valor total, com a entrada do valor todo no primeiro ano, com a utilização dos dois anos de carência no que respeita ao pagamento das amortizações, para quem se quer colocar no melhor dos campos para iniciar o processo negocial, sabendo que da negociação haverá ajustamentos desta posição de partida por força de interacção com a contra parte.

Este é um Plano muito importante, também pela sua importância instrumental, que assume uma gestão sobre o exercício de dois mil e quinze absolutamente equilibrada. Quisemos planificar o ano estrito da actividade de dois mil e quinze com um valor de receita de cerca de cinquenta e nove milhões de euros e um valor de despesa de cerca de cinquenta e três milhões de euros. Portanto, planeámos o ano para termos um superavit de forma a ajudar-nos a fazer uma redução da nossa dívida total e termos um ano como queremos que sejam todos os próximos a contribuir positivamente para as nossas contas e não a agravar o deficit que temos. Esta é a estratégia que nos vai permitir cumprir os serviços públicos essenciais, cumprir funções em todas as áreas de política do nosso município, protocolar com as Juntas de Freguesia, protocolar com Associações, desenvolver todo um conjunto de tarefas. Somos, obviamente, defensivos no que respeita à utilização dos fundos comunitários Portugal 2020 porque está no estado em que todos sabemos. Portanto é por esta via que apresentamos este documento, sabendo que ele é realista, sabendo que ele é ousado na perspectiva instrumental como peça de negociação no quadro do Fundo de Apoio Municipal, e com a convicção de que temos um bom documento para gerirmos bem o ano de dois mil e quinze nas múltiplas funções que um instrumento de planeamento financeiro e de actividade tem que ter.

É esta nota simples, estando ao dispor para as interações com a Assembleia no debate que agora estamos a começar.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰³¹

“Senhores deputados a minha proposta de requerimento tinha que ver com uma questão muito simples do artigo 27.º do regimento que prevê que ao Senhor Presidente da Câmara seja dado o triplo do tempo quando da apresentação do Plano e Orçamento. Eu acho inconcebível que tendo o Senhor Presidente o triplo do tempo que para os deputados municipais não haja qualquer diferença. Portanto a complexidade do documento vale para o Senhor Presidente da Câmara mas vale também para os membros da assembleia.

Chamar a atenção desta assembleia para o facto de contrariamente à prática de anos anteriores, de vários executivos, de diferentes cores, não foi exercido aquilo que está previsto no estatuto da oposição, de consulta das forças políticas com assento na assembleia municipal e que não estão no executivo no momento prévio à aprovação do Plano e Orçamento.

Acho que é uma perda da vivência democrática independentemente da opinião que o Senhor Presidente tenha sobre o assunto, a validade e a bondade dessa atitude.

Está prevista na lei, é um momento de vivência democrática que não usado. É mais um elemento a juntar a outros que acentuam o carácter da forma como vimos a caracterizar esta Câmara desde a tomada de posse.

Por último e porque a minha intervenção está quase a acabar dizer que, nós estamos com mais um exercício de sobre-orçamentação. Nada garante que o dinheiro que está previsto entre, antes pelo contrário, muito provavelmente não entrará. Porquê? O Plano não está pronto, quarenta e cinco dias até o plano estar aprovado, e o Fundo vem em tranches. Não vem duma vez. Portanto, artigo 47.º da Lei do FAM.

Portanto, quantas tranches vamos ter? Uma, duas, cinco. Vem após avaliação do que foi feito. Portanto não é previsível que entre esta receita, não é previsível que haja este volume de entradas.

Ora, está tudo cabimentado. Todas as despesas estão cabimentadas. Todas as despesas estão incluídas independentemente de haver receitas ou não. Isto é um exercício de sobre-orçamentação.

A Câmara diz que terá que haver revisões. Então eu digo, se terá que haver revisões, se elas são dadas como adquiridas, porque é que não se fez um plano antes e quando o PAM estivesse aprovado se fizesse uma revisão com aquilo que é previsível entrar no ano económico até dezembro. Portanto ajustar de forma correta as despesas às receitas.

Portanto o exercício que esta Câmara fez foi a continuação de exercícios anteriores de sobre-orçamentação.

Mais, considero que é um desrespeito por esta Assembleia o facto de estar já a trazer no Orçamento uma receita que depende de um Plano que terá que ser aprovado nesta Assembleia. Portanto antecipar no Orçamento antes da decisão neste órgão é no meu entender desrespeito pelo papel da Assembleia Municipal. Portanto tenho dito.”

Vogal João Pedro Dias (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[032](#)

“Bem, de facto é uma originalidade ter cinco minutos para falar sobre o orçamento que é o documento mais importante da autarquia no espaço temporal de um ano.

Eu gostava de começar a falar de poupança. A poupança que se notou assim que o novo executivo tomou posse foi poupança na democracia.

Assim que entrou este novo executivo entra também em vigor um novo regulamento de funcionamento da Assembleia Municipal que nós vimos que reduz, e nós vimos, a fiscalização da Assembleia.

Aliás, registo também agora que perante este requerimento e perante a oportunidade excepcional de dar voz aos membros da Assembleia para poderem discutir o Orçamento com um bocadinho mais de tempo, a maioria de direita que apoia o atual executivo, decidiu não dar a palavra à Assembleia Municipal, portanto a poupança na democracia continua e tem bons e velhos seguidores.

Saliento também a novidade que era a documentação na Assembleia Municipal que sempre foi aberta, acessível, passou a estar bloqueada por uma palavra pass. Mais um sinal. Se há o afastamento dos munícipes da política, então o novo executivo quer dar-lhes um xuto par abem longe e portanto isto é a poupança que já está feita.

E como este é um documento eminentemente político apesar de às vezes se passar a ideia que não é, mas é. É a “capacidade” de transformar programas de desajustamento financeiro como verdadeiras vitórias da autarquia! Aliás já na comunicação do Presidente foi possível ver isso. Somos os primeiros a chegar ao programa, é uma festa incrível, mas o obvio tem de ser registado: - programas que atestam o um estado financeiro da autarquia. Não podemos transformar maus anos de governação e más políticas fiscais, de repente numa vitória ao conseguir aderir a um programa que vai ditar que as consequências dessa má gestão são sentidas pelos munícipes.

Não vale a pena refugiarem-se no poder legislativo porque o poder legislativo neste momento tem representantes do CDS e do PSD e portanto têm oportunidade de mostrar o vosso poder legislativo e o vosso poder local que funciona em sintonia, e que são de facto uma coligação de partidos que funciona.

Portanto não vale a pena refugiarem-se no poder legislativo quando é a mesma família política que dita essas políticas.

Notas breves no escasso tempo que sobra. Ao nível da despesa (e só comentando variações de 2014 para 2015 ou seja mandato Ribau Esteves) aquisição de serviços passamos de 13.5 milhões de euros para 28 milhões! O que é que justifica este aumento? Será isto a necessidade de contratação de serviços resultante do défice dos serviços camarários?

Verifica-se um aumento generalizado da parte de despesa com juros. Ou seja o Bloco tem razão. Há aqui muita despesa resultante deste endividamento que não tem retorno social. Não é investimento para o município. E é uma despesa que aumenta visivelmente no orçamento.

E finalmente, as despesas correntes sobem de 2.5 milhões de euros para 20 milhões!? Um aumento de oitocentos por cento. E despesas de capital de 5 mil euros para 20 milhões!? A isto espero um comentário.

E uma nota final, para dizer que a Ação Social passa de 667 mil euros para zero. Isto é bastante político.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[033](#)

“Eu gostaria de não falar da morte, mas tenho de voltar ao tema. Realmente o debate nesta Assembleia morreu. Morreu pura e simplesmente. Matou-o, feriu-o gravemente o Regimento e feriu-o também esta oportunidade que havia para discutir este que é o documento político mais importante do município, afinal nós vamos ter o tempo limitadíssimo.

Aquilo que era premonitório deste documento, que era o cumprimento do estatuto de oposição, chamando os partidos para a elaboração do orçamento, também isso se perdeu!

Eu já disse há dias que estamos numa assembleia a uma voz, há um coro, e que bem espelhou o senhor Presidente quando diz: - “Eu quero. Eu quero já levar este orçamento com o dinheiro do FAM. E vou levar”. Quando o programa do FAM estritamente para este município, como aqui já foi dito, ainda cá não apareceu!? É o senhor Presidente que diz isto. Os Vereadores não contam, a Assembleia não conta, o Senhor Presidente já assume isto como um dado adquirido. Estamos entregues ao querer do Senhor Presidente, pronto. O Senhor Presidente que seja o timoneiro disto, que leve a barcaça ao fim e nós vamos tentando não nos demitir da nossa função.

Bom, este é o documento mais importante. È por aqui que se avalia a política. Não se faz nada sem dinheiro. E pelos gastos é que se avalia quais são as opções que o município vai ter. Deveria ser do coletivo executivo com a aprovação desta Assembleia.

Mas nós vemos aqui um conjunto de despesas que vem por rubricas e objetivos, como é próprio, parece mais uma fatura, na gíria comercial será um orçamento sem descrição. Tem as verbas, mas não tem a parte discriminativa. E nós, esta Assembleia, quando estudamos o documento, gostaríamos de falar com os munícipes e saber onde é que se vai gastar. É que ficamos sem saber de quê. Isto deveria ser acompanhado de um descritivo aqui no próprio documento. E se não for no documento, o Senhor Presidente que tem o triplo do tempo para apresentar deveria a par e passo e as verbas, porque nós precisamos de saber em que é que se vai gastar o dinheiro. Vamos dizer assim para a Saúde é x, mas para que Saúde? Para a Saúde pode ser um belo carro ou uma aplicação dessa natureza. Para a Educação em quê? Que tipo de escolas, onde vão ser feitas as escolas, não é. Pronto precisávamos de saber isto tudo e não sabemos.

Depois é um documento que traz a verba empolada. E assumidamente, empolada! Porque nós já vimos aqui na previsão de receitas está cá a verba toda do FAM!?. Quando não se sabe se vem, primeiro. Mas mesmo que venha é sabido que venha em tranches. E não vai chegar tudo no mesmo ano. E se o orçamento deve ter uma margem de previsão que é diferente da realização, essa margem de previsão não deve afastar-se muito da de realização. Mas este orçamento afasta-se porque no ano de 2015 não vão aparecer estas receitas.

Portanto vale dizer o seguinte. Primeiro a Câmara fica autorizada a gastar dentro das rubricas o que entender e como entender. E esta Assembleia fica excluída, que é o órgão que aprova o orçamento, que aprecia o orçamento e o vota, fica sem saber quais são exatamente as preferências. E sendo assim nós não poderemos estar de acordo com este orçamento desta natureza. Que é como se disse no princípio o documento principal da governação. Muito obrigado.”

Presidente da Mesa⁰³⁴

Vogal Maria Arminda (CDS)⁰³⁶

“Eu só queria lembrar que este é um Plano, ele foi sufragado aos eleitores, eles votaram nele, está aqui. Enfatiza responsabilidade na assunção de reduzir a despesa e assumir encargos de dívida que temos que pagar. É um projeto de rigor porque quer equilibra despesa e receita. E é acima de tudo um projeto de sustentabilidade porque prevê e projeta e é isso que um bom gestor faz é projetar o futuro. A possibilidade de investimento, nós podemos crescer se investirmos. E temos de crescer para o crescimento coadjuvado entre parcerias público privadas, entre investimento público e privado. É isso que nós queremos.

Eu tenho imensa pena que do tempo que os outros senhores deputados dizem não ter, o tenham gasto na íntegra a não dizer nada.

Infelizmente vou ter de ser um bocadinho brejeira, vou dizer que a retórica assume um enchumaço de coisa nenhuma. É uma retórica pobre.

E gostava que passássemos como o Senhor Presidente pediu à discussão do documento em si. Com propostas.

Se entendem que é mau digam porquê. Se entendem que deve ser melhorado digam como. Acrescentem propostas que de alguma forma ajudem a tornar este documento melhor para quem nos elegeu, para trabalhar, e não para estar aqui num discurso de enchumaço, de retórica pobre.”

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do artigo 33.º do Regimento ⁰³⁷

“Senhor Presidente eu queria protestar contra o teor da intervenção que foi agora referida, dado que não fez qualquer distinção e generalizou, por considera ofensiva e traduzir juízos de valor que não correspondem em nada àquilo que é a realidade.

A minha intervenção foi substancial. Versou sobre o ponto da sobre-orçamentação. Explicou porque razões é que considerava que este orçamento é um exercício virtual. E explicou dado que as receitas que estão previstas, previsivelmente não são realizadas. O tempo da minha intervenção foi quase esgotado com esse assunto.

A falta do cumprimento do estatuto de oposição e explicação do meu requerimento, não são questões despiciendas. E se não vou mais em pormenor é porque o tempo não deixa.”

Vogal João Pedro Dias (BE) – Nos termos do artigo 35.º do Regimento ⁰³⁸

“Senhor Presidente, defesa da honra porque infelizmente e talvez embalada pelas declarações da Assembleia Municipal, sentiu-se no direito de classificar as intervenções dos outros deputados, quando por cima sabe que acabou de votar contra o aumento do tempo regimental para as pessoas fazerem a sua intervenção com qualidade.

Também ressaltar que o qualificativo além de pobre é errado. Pelo menos por mim porque eu perguntei por valores concretos do orçamento ou seja questioneei o orçamento porque não é claro. E infelizmente ter pessoas a comentar isto e não dar oportunidade de termos tempo regimentalmente aceitável de fazermos a nossa intervenção como deve ser ainda por cima com estar intervenção de não acrescentar nada ao debate, é uma intervenção duplamente fraca.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do artigo 35.º do Regimento ⁰³⁹

“Eu subscrevo na íntegra as intervenções dos membros que me antecederam. Aliás, acrescento o seguinte. Nada do que aqui foi dito por quem interveio antes da distinta oradora era despiciendo na apreciação de um documento político como este. Nada.

Pena é que e já agora aproveito para discordar do que o Senhor Presidente da Mesa referiu de que não houve intervenções de substancia. Houve intervenções de substancia quanto a números e se houvessem propostas ficaria mais acentuada ou mais demorada ficaria prostergada qualquer intervenção sobre o documento. Porque na realidade o tempo concedido aos grupos minoritários nesta assembleia é realmente escasso para uma discussão minimamente séria. Deste tema. Portanto necessariamente o regimento conduz-nos para a prefuntariedade. É só isso.”

Presidente da Mesa⁰⁴⁰

Vogal Francisco Picado (PS)⁰⁴¹

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁴²

Vogal Anselmo Castro (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴³

“Antes de começar queria dar um esclarecimento à Senhora Arminda de Sousa. Aquilo que o povo de Aveiro votou foi um programa para este mandato. Não foram as grandes opções do Plano e Orçamento para 2015! O que o povo votou e escolheu foram as pessoas que vão dar as suas razões sobre estas coisas. Não foi decidir quem é que tem razão e quem é que não tem razão. E portanto, já que estão sempre a queixar-se de que estamos sempre a dizer a mesma coisa, está sempre a dizer que nós dizemos e os outros ouvem. Às vezes é de demais.

Mas eu queria falar sobre as Grandes Opções do Plano para dizer o seguinte. Eu prezo muito as questões como a gestão o trabalho, a organização. São fundamentais para a Câmara e para o futuro da Câmara. Mas outra coisa que é importante que é a política e quais são as opções políticas. Nós temos de discutir nesta Assembleia, não há outro sítio para o fazer melhor, as Grandes Opções políticas. E por isso também acho que deveria haver mais tempo para este tipo de assuntos do que para alguns outros que se podem

resolver melhor. A ideia de que tudo é tratado por igual, as opções, a coisa mais importante que em cada ano a Assembleia Municipal tem de decidir e a ideia de que um regulamento qualquer deva ter o mesmo tempo, não está certo.

E para falar de Opções, eu digo que em relação a outras Opções já há algum progresso. Mas continuam a ser coisas na minha opinião um pouco vagas. Por exemplo sobre mobilidade e vias que é um assunto fundamental, está lá escrito sobre o Plano da Mobilidade e Transportes de Aveiro que vai ser feito e implementado — tudo bem, não é aqui que nós vamos fazer o Plano. Mas nas Grandes Opções, o programa da Câmara para os quatro anos, se vai transformar em alguma coisa para 2015? Quais são as grandes ideias que devem estar por traz do Plano de Mobilidade, isso era uma coisa que nós devíamos aqui discutir e com o pouco mais de detalhe. Por exemplo aqui falasse, falasse quase nada, falasse da Buga, assunto que está muito em voga e que eu prezo. Mas é a única coisa concreta que se fala. Mas a Buga não está na mobilidade mas sim na parte viária, está onde se fala da rede viária estruturante, a questão dos modos suaves de transporte também tem a ver com as vias, mas tem muito a ver com o projeto de mobilidade. Como é que valorizamos uns tipos de mobilidade e não outros? Isso era importante discutir aqui e para isso precisamos de mais tempo.

Por exemplo ligado à mobilidade e com outras coisas ligadas à Universidade e à Ciência, o PCI, uma coisa muito importante. Mas por exemplo a ligação a isso ligado à mobilidade, quando sabemos que o PCI que nasceu de costas viradas para Aveiro e virado para Ílhavo, é necessário não só uma parte viária, mas um plano. O que é que nos diz o projeto de mobilidade para que o PCI queira dizer “plano de ciência e inovação” e não um “parque completamente isolado”.

Portanto era bom que houvessem algumas ideias sobre isso. Por exemplo fala-se de Educação. É fundamental, mas também não há coisas muito concretas. Sobre Educação eu queria dizer o seguinte. É um hábito não desta Câmara, é um hábito do país, que se façam cartas educativas, que se fale do programa escolar quer de infraestruturas quer de recursos humanos etc. sem se saber quantos alunos é que vai haver! Ora uma infraestrutura dura vinte anos, trinta, quarenta anos, é o seu tempo de duração. Quantos alunos vai haver daqui a trinta ou quarenta anos em Aveiro? Ninguém sabe. A única vez que eu saiba que se usou umas projeções demográficas em Aveiro foi para o PUCA. E aqui não estou a criticar ninguém porque acho que foi aprovado por unanimidade, onde se fazem projeções caricatas onde para a freguesia de então da Vera Cruz se previa uma população de 40 habitantes — foi por isso que a extinguiram certamente. Previa 4 habitantes para a freguesia de Oliveirinha — esta não extinguiram mas está em via de desaparecer. E portanto, como é que se pode planear um programa de educação, infraestruturas, recursos humanos, etc. sem sabermos quantas pessoas têm! Eu espero que isto seja tomado a sério, que seja discutido, não só para a educação como para os planos que estão aí a vir e que é necessário rever. E que pela primeira vez sejam feitos baseados em estimativas sérias era outra coisa também muito importante.

Estes assuntos são assuntos têm de ser discutidos. Tem a ver com as opções políticas deste município que não são alternativas de boa gestão ou boa regulamentação. São complementares. E há espaço para tudo e tempo para tudo. E eu penso que há muito pouco tempo de discussão para estas coisas.”

Vogal Caetano Alves (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁴⁴

“Bom, eu começava por dizer um pouco o contrário do que foi dito até agora. É essencial que as GOP estejam baseadas no programa eleitoral que elegeu esta coligação. Que obviamente eu acredito que as pessoas tenham votado nos seus

intervenientes, enfim, nos participantes ativos desta campanha. Só que essas pessoas estavam baseadas no programa eleitoral que está classificado neste documento em que se apontava para uma reestruturação organizacional e financeira do município; se apontava para a qualificação urbana e ambiental do município; se falava sobre a reforma da intervenção na educação e na ação social com ações de parceria; na liderança da região de Aveiro e participação intensa em projetos intermunicipais; na cooperação ativa para o desenvolvimento económico e emprego. Estas cinco linhas de ação estavam no programa eleitoral que nos elegeram. E foi dessa forma que nós cá chegámos. Não éramos os antigos que estávamos associados à morte segundo a intervenção do Dr. Nascimento, mas éramos que ressuscitamos. E como somos os ressuscitados até vimos com a bênção de Deus e estamos aqui para continuar este programa.

De facto o que está a condicionar tudo isto é aquilo que resultou dessa “morte” e que talvez agora a nossa salvação seja aquilo que se chama o Fundo de Apoio Municipal.

Que naturalmente vai aumentar a dívida da Câmara. Não vai diminuir. Pareceu-me ouvir (talvez tenha ouvido mal) que isso é fundamental e que reduz — não, não reduz. A única forma de reduzir o endividamento é conseguirmos os 25 milhões de défices que temos de gestão corrente no município. Essa é a única forma de reduzir o endividamento. Também já aqui ouvi e lembro-me de participar em discussões em 2009 quando tivemos o Plano de Saneamento Financeiro, em que eu disse várias vezes que o PSF não ia resolver os problemas do município. Tal como o FAM, são programas que nos vão ajudar a aumentar a qualidade de vida dos nossos munícipes, dilatando no tempo a nossa capacidade de salvaguardar esse grande bem que é para o município podermos pagar durante mais tempo aquilo que já gastamos há muito tempo.

Este é o exercício que vamos ter de fazer. E que me parece que neste programa e neste documento está devidamente enquadrado. Na verdade isto é um programa que conjuga o nosso programa eleitoral com o FAM, condicionado pelo contexto que estamos a viver (o endividamento da autarquia naturalmente) e ambicionar estar na primeira linha dos municípios que querem aproveitar com a máxima eficiência o Quadro Comunitário. Não tem mais nada que saber. É isto. Agora é preciso é fazer e fazer bem feito. Muito obrigado.”

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁴⁵

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰⁴⁶

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁴⁷

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD)⁰⁴⁸

Vogal Paulo Fontes (PS)⁰⁴⁹

Vogal Susana Esteves (PPD/PSD)⁰⁵⁰

Vogal Carlos Morgado (PS)⁰⁵¹

Vogal Manuel Prior (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵²

“Boa noite a todos. Neste ponto dos nossos trabalhos e sobre o Plano e Orçamento o que me apraz dizer é que estamos na presença de um dos mais realistas Orçamentos da Câmara Municipal de Aveiro. Se não vejamos: - Estamos na presença de um Orçamento que aponta para números de 135 Milhões de euros que se retirarmos os 84 do FAM ficamos com um Orçamento de 50 Milhões.

Por outro lado temos um Orçamento que em período de contingência financeira, em execução do FAM e de aplicação do PAM, não deixa de investir nos serviços públicos essenciais tais como as Vias de Comunicação, a Ação Social e a Educação.

Por outro lado, este Orçamento visa também terminar as obras do quadro comunitário vigente e perspectivar o novo quadro de apoio, indo aos projetos que forem financiados e interessantes para Aveiro. Principalmente aqueles que forem de relevante interesse para Aveiro e para os Aveirenses.

Neste âmbito, no que toca ao novo quadro comunitário, temos total confiança neste executivo e na sua capacidade de trabalhar as melhores soluções para irmos à luta e à procura desses mesmos financiamentos. Este plano, como lemos na documentação, assenta em quatro pontos muito importantes que se vão desencadear no próximo ano: - Plano de Ajustamento Municipal; extinção das Empresas Municipais e internalização dos seus serviços ou concessão dos mesmos; reforma do quadro legal; novo quadro de Fundos Comunitários e o conhecimento dos seus programas operacionais.

Este ano de 2015 vai ser o da implementação da nova reestruturação organizacional e financeira da Camara Municipal.

Neste ano irá ser dada importância capital à revisão do PDM e de todos os Plano de Pormenor e Urbanísticos criando assim uma nova ordem na área do planeamento.

Este Plano e Orçamento para 2015, mais não é que a implementação do programa eleitoral que mostrámos aos Aveirenses e no qual eles depositaram a sua confiança inequívoca. Assim ele assentará na: - Reestruturação Organizacional e Financeira; Qualificação Urbana e Ambiental do Município; Reforma da Intervenção na Educação e na Ação Social, com ações de parceria; Liderança da Região de Aveiro e Participação Intensa em projetos Intermunicipais; Cooperação Ativa para o Desenvolvimento Económico e o Emprego.

Isto foi o que nos trouxe aqui. Este vai ser o nosso guia político e o guia de trabalho do executivo que apoiamos. Neste Plano e Orçamento queremos nesta bancada dar ênfase à aposta na Educação e no Parque Escolar municipal, dando atenção especial aos Parques Infantis e às escolas do primeiro ciclo.

Registar também o apoio dado no âmbito do social. Apoio em rede dinamizando o Conselho Local de Ação Social, para através deste apoio promover o combate à exclusão social e a integração social.

Registamos também a aposta continuada da liderança da Região de Aveiro e a participação intensa do Município em projetos Intermunicipais. Nós nesta bancada gostamos de ver e apreciamos o trabalho do Sr. Presidente nas várias instituições onde tem assento, sabendo de antemão que a sua, a presença de Aveiro, nesses fóruns, é benéfica para Aveiro e para os Aveirenses.

Este Orçamento aponta também para investimentos concretos na área da Saúde. Não podemos deixar de referir a construção finalmente das Unidades de Saúde de Esgueira e de Cacia.

Também não podemos deixar de realçar que a aprovação deste Orçamento vai permitir ao executivo pagar todas as dívidas às Juntas de Freguesia, às IPPSS, e às Associações desportivas e culturais.”

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁵³

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁵⁴

“O Senhor Presidente eu vou muito breve. Depois das intervenções esclarecedoras das bancadas da maioria não haverá muito a dizer. Apenas reforçar uma vez mais que seria útil que os senhores deputados que aqui vem discutir um documento desta natureza tivessem lido as cento e sessenta e nove páginas do documento, teria sido útil porque escusavam de levantar algumas questões que têm sido levantadas. E reforçar também aquilo que foi dito quer pela bancada do CDS quer já por outros elementos da minha

bancada de que o documento que temos hoje em presença e em debate corresponde ao cumprimento para o ano de 2015 do programa eleitoral desta coligação que foi sufragada pelos aveirenses. E portanto, estamos apenas a cumprir aquilo que prometemos fazer aos aveirenses.

E não estamos garantidamente a afastá-los. Porque nós vamos ser reeleitos e só podemos ser reeleitos se não os afastarmos. Portanto não se preocupem que a gente não vai afastar cidadão nenhum destas questões.

Deixem-me dizer-lhes ainda outra coisa. Eu tive ocasião de estar presente na reunião pública da Câmara que discutiu este documento e estou hoje aqui, na tive oportunidade de estar por razões profissionais nas duas primeiras reuniões desta sessão, mas eu considero que é muito importante que os documentos tenham contributos das bancadas da oposição. O que eu lamento muito é informá-los que não tenho visto muitos contributos. Muito obrigado”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:[055](#)

“Muito o brigado a todos. Eu gostava de em primeiro lugar numa nota que responde a algumas questões de natureza financeira que obviamente predominam na análise de referenciara o seguinte. E pedindo desculpa por estarmos numa sessão pública e por não ser avisado da minha parte, explicar com pormenor a estratégia negocial que levamos para a mesa das negociações com a Direcção do FAM. Em primeiro lugar porque são pessoas que acabaram de tomar posse, começam a trabalhar segunda-feira e seria completamente incorreto da minha parte elas lerem na comunicação social (que nos acompanha felizmente) pressupostos que eu vou levar para a mesa das negociações. Seria um ato da maior incorreção. E como julgo que toda a gente compreende, não o faço. O que está no documento é claro, é muito mais do que seria normal de dizer, mas nós mas nós entendemos que seria importante usarmos como instrumento de negociação este documento – as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2015.

E por isso mesmo fizemos um exercício. O exercício que está feito tem obviamente uma previsão favorável à nossa causa. Vamos para a mesa das negociações, como qualquer pessoa que vai bem para a mesa das negociações, procura ter o seu argumento fortalecidos à melhor escala que lhe for permitido pela sua visão, pela sua estratégia, como é lógico.

E a questão que colocamos foi esta. Toda a nossa dívida a fornecedores não bancários (não banca) queremos levá-la à assistência financeira, recebe-la o mais rápido possível e nas melhores condições possíveis. E sobre a dívida bancária nós não especulamos exercício. O que está no Orçamento é o impacto dos atuais contratos. Portanto nós não mexemos na componente bancária da dívida, não mexemos naquilo que são os contratos que nós temos hoje. Entendemos que essa era a opção correta no que respeita à formalidade dos contratos que existem e ao estado em que está a conversação com os bancos.

Portanto este foi o nosso exercício, não há aqui qualquer espécie de sobreorçamentação. É este o exercício que está feito. Mais, naquilo que é a incidência estrita sobre o exercício de 2015, fizemos uma opção de termos a previsão de receitas superior à previsão de despesa. E não há nenhum exercício especulativo na previsão da receita. Quem analisou a receita com objetividade profunda verificou que não há nenhum exercício especulativo no que respeita à receita.

É evidente que desta vez temos uma lei nova. A lei de orçamento do Estado que está em vigor, que não nos permite fazer um dos exercícios especulativos com o plano que

estamos a executar. Não podemos inventar na previsão de receita vinda da alienação de património.

E portanto entendo que partimos bem para o exercício estrito de 2015, tirando a dívida e tirando FAM, para termos um ano que passe a contribuir de forma positiva, para o nosso exercício financeiro. E daí agradecer muito a intervenção do Caetano Alves, para deixar claro que o nosso principal combate na gestão, que o FAM não resolve, é objetivamente a redução do nosso défice que se foi produzindo ano após ano.

De facto o que iremos fazer com a assistência financeira é reestruturar a dívida. A dívida é a mesma e ela é reestruturada. Qual é a incidência? Alguns de vocês já perguntaram isso, é colocar o dinheiro na economia – que é uma forma bonita de dizer pagarmos a quem devemos.

E quando nós partimos para uma previsão de termos uma entrada de FAM rápida (e Salavessa deixar claro que conhecemos bem a lei, como é evidente), e o pressuposto que o nosso embolso tem uma perspectiva de correr legalmente durante três anos. Tranches trimestrais até três anos. Mas Aveiro tem uma característica diferente dos outros municípios. Temos um a dívida muito velha! Com doze anos, com dez, com nove. Portanto, entendemos que esse é um argumento muito importante para nós levarmos para a negociação defendendo uma assistência financeira ao nosso município. É um ponto de estratégia que nós montámos entendendo que ela é sensata, entendo que ela era possível. Obviamente ainda não temos interações com a Direção do FAM mas temos tido interações com a tutela, enfim, com o Secretário de Estado da Administração Local, que é nosso interlocutor para estas coisas, e nós exercitámos desta maneira. É evidente que a questão da legalidade se nós cumpríssemos em absoluto todo o quadro legal em vigor em Portugal não tinha proposta de Orçamento.

Não vale a pena. É o que é. Está dito. Julgo que quem está atento ao quadro legal sabe que isto é a mais pura verdade. Tínhamos de escolher caminho. Dizer com clareza, pedindo desculpa a todos os partidos e movimento de independentes, não termos cumprido o estatuto de oposição.

E não o cumprimos conscientemente. E basicamente por dois motivos. Um por motivo de natureza política porque de facto não sentimos vontade de ninguém em dar contributo no quadro em que o Plano tem de ser claro, que é o quadro de utilização do FAM por um lado. E por outro lado por questões de gestão temporal. Nós tivemos menos um mês para fazer este documento. Este documento foi muito exigente para a nossa equipa técnica em primeira instância, e para nós, para mim e para os senhores vereadores que comigo governam a Câmara produzi-lo. E portanto não tivemos neste exercício o encaixe sério naquilo que diz respeito ao tempo de fazer o devido ofício e solicitar contributos.

A nossa leitura do Estatuto de Oposição não é mandar o documento pronto. É quando estamos a iniciar. Receberão no próximo ano pelo início de Setembro, receberão todos um ofício a solicitar contributos objetivos para a construção do Plano. É a nossa visão do cumprimento do Estatuto de Oposição. Sabendo que há outra gente que entende de outra maneira, que tem de estar a proposta feitinha e ir a consulta. Mas aí, são as interpretações. Portanto, esta é a nossa leitura de tudo isto, num quadro em que escolhemos que lei é que cumprimos e que leis é que não cumprimos, mas num quadro em que entendemos importante, estamos dentro do prazo.

A nossa Câmara pertenceu à esmagadora maioria das Câmaras do país que cumpriu o novo prazo. Que para nós foi muito exigente. Houve dúvidas durante todo o ano. Foi preciso pareceres da ANMP e etc, para deixar claro que o prazo era trinta e um de outubro e viram que realizamos a reunião de Câmara no dia trinta e um de outubro porque não tivemos condição, precisávamos todos os dias e de todos minutos. E fizemos

a reunião de manhã e naquele mesmo dia, mesmo antes do sol se pôr, tínhamos de mandar os documentos para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.

E portanto, este é o exercício que nós fizemos. Estes são pressupostos de base para quem têm uma negociação muito importante para fazer, para quem que ir para o processo com a sua estrutura de argumentos o mais ancorada possível, e obviamente quem melhor faz esse exercício é o documento das Grandes Opções do Plano e do Orçamento.

Deixar claro o respeito (e não vale a pena fazerem esse exercício) o respeito meu e dos quatro vereadores que comigo governam a Câmara e seguramente dos quatro vereadores que não governando a Câmara partilham connosco o executivo municipal, é o do maior respeito pela Assembleia Municipal. Este Plano só é Plano se a Assembleia o aprovar. Se a Assembleia o chumbar este Plano não passou de uma proposta. E portanto não há aqui desrespeito nenhum. Nós só podemos executar se a Assembleia o aprovar. Se ela não aprovar vai para trás e a Câmara tem de apresentar uma proposta melhor. Este é o exercício da respeitabilidade absoluta.

Agora, fizemos um exercício absolutamente sério e claro por dois motivos extraordinários – a situação extraordinária em que a Câmara está e o facto de termos quatro matérias importantes (o Caetano Alves já referenciou). A Direcção do FAM começa a trabalhar segunda-feira dia um de dezembro, foi noticia esta semana o nome dos três diretores, as coisas são como são. Tomáramos nós que a Direcção do FAM estivesse a trabalhar desde o dia vinte seis de Agosto que foi o dia em que a lei entrou em vigor. Podem ter a certeza absoluta que o nosso PAM estava aprovadíssimo. Só que só podemos iniciar o nosso trabalho com esta Direcção do FAM que é nosso interlocutor segunda-feira. Porque o ATU (Apoio Transitório de Urgência) começamos o trabalho no dia vinte sete de Agosto. Porquê? Porque o interlocutor estava lá, era a Direcção Geral das Autarquias Locais, e por isso fizemos todo o trabalho em tempo record.

Depois o impacto de todas as extinções das empresas municipais. Verificaram que o Passivo total das empresas municipais está posto cá dentro. Está cá tudo. Porquê? Porque essa é a nossa previsão na internalização e uma das coisas que internalizamos é o Passivo.

Agora estão todos os pormenores tratados? Não. Temos um trabalho todo em curso. Já vamos na versão dois dos planos de internalização, mas é uma peça bem mais complexa do que aquilo que todos nós imaginávamos. Nós gestores políticos e nós equipa técnica. Obviamente queremos peças com qualidade, com rigor, e que cá virão porque quem tem de aprovar esses documentos obviamente é a Assembleia Municipal. O Governo já apresentou à Associação Nacional de Municípios a proposta de articulado de alteração da Lei dos Compromissos e cumpre a cem por cento os oito pressupostos acordados entre o Governo e ANMP.

E o quarto ponto é o Quadro de Fundos Comunitários novo, que está como está. A Comissão velha acabou o seu trabalho no dia trinta e um de outubro sem aprovar sem aprovar qualquer PO de qualquer Estado membro e a Comissão no entendeu, julgo que compreensivelmente que tem de pôr mão ao dossier antes de começar a pôr assinaturas nos programas operacionais. Portanto este é o momento que tem estas características. Que é um momento que não deixa de ser fundamental para tomarmos decisões e elas estão cá absolutamente claras, opções políticas e financeiras, mas que também tem de ponderar estes fatores que seguramente vão ter clarificação (enfim, em todos eles) no início do exercício de 2015. Portanto estaremos cá todos para fazermos a nossa 1.^a Revisão se tiver que ser muito profunda, pouco profunda, ou nada profunda, na Câmara no final do mês de Março e na Assembleia Municipal em Abril quando fizermos a clássica primeira revisão para integração de saldos.

Chamo a atenção de todos nós, para o cuidado. Nós vamos ter que ter particular cuidado a fazer comparações de documentos, nomeadamente os exercícios de 2013, 2014, 2015 e 2016.

O primeiro ano a primeira comparação que nós podemos fazer sem grande esforço é a comparação do Plano com os anos de 2016 com 2017. É preciso não esquecer que neste Plano já cá está toda a despesa e também a receita dos Serviços Municipalizados; está cá a previsão do timing da internalização das Empresas Municipais, está no que respeita à despesa e à Receita, e portanto cuidado com as comparações lineares do Plano da Câmara com os outros, porque o exercício vai dar erro claramente. Portanto só vamos voltar a ter se as coisas nos correrem com a previsão que temos feito de forma clara, comparar linearmente o exercício de 2016 com o exercício de 2017.

Dr.º Jorge Nascimento, dizer-lhe que lamento muito que o Movimento Independente não tenha participado no debate na Câmara! Enfim, o Senhor Vereador do Movimento teve um impedimento pessoal, que justificou devidamente, mas não se fez substituir — o que é uma pena. A lei hoje tem pressupostos de substituição que se podem usar num minuto, ainda por cima a pessoa que substituiria o Senhor Vereador já nos conhece bem a todos. Trabalhou connosco durante onze meses, mas pronto foi opção do MIJPA não estar no debate da Câmara!

Ainda por cima na Câmara a cultura que temos e o regimento que temos, não há limite de intervenções, não há número. Mas o MIJPA não quis usar espaço importantíssimo de debate como é evidente. Porque nós trazemos aqui uma proposta fechada que a Assembleia ou aprova ou chumba. Na Câmara não. Vai uma proposta que a Câmara pode alterar, tem esse direito processual e procedimental. Mas o MIJPA optou por não estar nesse debate. O que obviamente não nos permitiu perceber as suas perspectivas sobre esta matéria. Mas é da vida, temos de seguir em frente. Discutimos ao que estávamos, obviamente os Vereadores da Aliança com Aveiro e os Vereadores do Partido Socialista. Tivemos um bom debate e tomámos a decisão que aqui vem à consideração da Assembleia Municipal.

Francisco Picado, só para esclarecer uma questão, para não haver dúvidas. Aquilo que é a nossa perspectiva é os 84,5 milhões de euros são dívidas a fornecedores só. Só. O montante restante é dívida à banca. E portanto é aqui que está a nossa perspectiva de pagar a fornecedores, o que quer dizer introduzir dinheiro na economia. Com a banca perspectivamos (e a primeira ronda negocial com os principais bancos, Caixa Geral de Depósitos e BPI que são os nosso principais bancos, a ambiência negocial está em bom caminho), termos um bom acordo de renegociação, de empréstimos, em que o principal é o nosso empréstimo de Saneamento Financeiro, como todos temos boa consciência. E aquele valor que faz a diferença entre a despesa corrente e o valor total que está referenciado para o ano de 2015 é o montante que nós perspectivamos investir. Porque está no documento a perspectiva de investimento em várias áreas, como é fácil de constar.

Eu gostava de agradecer as intervenções do Paulo Marques, do Caetano Alves, da Presidente Ângela Almeida, nomeadamente por ajudarem a evidenciar uma perspectiva de coerência política a que nós nos vamos subordinar até ao ultimo dia deste mandato. Até aquela peça que está em itálico transcrita dos pilares base do programa eleitoral que os cidadãos aprovaram, cá esteve em 2014, cá está em 2015, e cá estrará em 2016 e 2017. Para deixar claro que nos subordinamos ao compromisso que assumimos procurando cumpri-lo o mais a cem por cento possível. Essa é a nossa luta. Mas nunca perdendo de vista que essa é a nossa base de trabalho.

Agora, temos que o fazer com a adequação à realidade. O Marques Pereira fez referência de que deveriam estar aqui apontados quanto é para as Juntas de

Freguesia. Inimaginável! Porque para já não devia. E segundo a Assembleia Municipal vai aprovar (espero) as propostas quando a trouxermos cá os contratos e aí sim definir quanto é que vai para cada Junta Freguesia.

Estamos a fazer um trabalho sério Marques Pereira. Porque o que você disse não se vai repetir. Nós estamos a montar uma operação em que as reuniões são com os dez presidentes de junta. Não há reuniões paralelas com nenhum presidente de junta. Estamos a montar uma operação em que os critérios de “delegação de competências” são absolutamente claros e objetivos. O rigor e a seriedade é uma exigência nossa. Mas saiba também que do trabalho que já fizemos com os dez presidentes de junta que nos parece com clareza ser uma exigência deles próprios.

E portanto estamos a jogar o mesmo jogo com a realidade que temos e não com o que gostaríamos de ter. Tomara eu, tomáramos nós todos, seguramente a Assembleia também, que já tivéssemos aprovado o PAM, que já pudéssemos assinar contratos. Nós temos de assinar contratos legalmente. Nós não podemos assinar contratos ilegalmente. E neste momento nós não podemos assinar contratos por exemplo com as juntas de freguesia porque eles seriam atos ilegais.

Portanto este é o exercício entre a coerência política das opções que assumimos e que o documento é claro e agradeço aos vários colegas que falaram nisso. Estão aqui de facto as opções políticas claras.

Estão aqui as referências chave sobre os pilares base da revisão do Plano Director Municipal. Estão aqui também. É evidente que não é possível agora contar-vos a estória de cada uma das operações. Não é aqui o espaço.

Senhor Professor Anselmo, venha aos momentos de debate. Tivemos aqui nesta sala esta semana a discutir a utilização dos fundos comunitários pelo nosso município e pela nossa região. Não o vi cá!? Tivemos um momento nesta sala a discutir o Plano Municipal de Mobilidade e Transportes. Não o vi cá!? Tivemos aqui uma conferência também nesta sala curiosamente, porque ela propicia a essa tipologia de coisas, uma conferência sobre um projeto europeu, em que discutimos muito questões sobre Mobilidade, nomeadamente a aplicação aos modos suaves aos espaços urbanos do nosso município. Não o vi cá!?

É preciso aparecer aos momentos de debate que já existem. E não ter este exercício de que a cidadania e o mandato de membro da Assembleia Municipal se restringe a vir aqui uma noite de vez em quando.

O exercício é um exercício permanente. A Câmara vai ter momentos de debate, muito mais, mas vinde debater. Porque se não vierem debater não vão ter oportunidade de debater. E portanto o exercício que estamos a fazer é de facto um exercício aberto. É de facto um exercício para resolver os nossos problemas. Agora, não é um exercício para nós em uma dúzia de noites fazermos porque aí não vai dar. O exercício dos órgãos formais, já viu o que era nós governarmos a Câmara só nas reuniões da Câmara Municipal? Não é assim.

Os momentos da formalidade da discussão política das decisões têm aí um papel. Mas o dia-a-dia e os momentos que propiciam debate também têm aí um papel. Tem é de ser utilizado.

Ainda há dias falávamos aqui, um colega nosso, que não vê atividade cultural. Como é que ele há-de ver se não vai à atividade cultural? Mas ela existe e é imensa. Mas é preciso ir lá. É preciso abrir a Agenda, Agenda Aveiro que está dispor de toda a gente e escolher o menu. Quem não vai às ações culturais, quem não lê a Agenda Aveiro, pois qual é a conclusão — não há atividade cultural!

Portanto é muito importante que a cidadania seja de facto ativa e que o exercício autárquico dos não executivos seja mais participativo. Porque se não, obviamente a

queixa de ausência de debate torna-se ridícula quando os momentos de debate não são utilizados.

Quero também referenciar, que uma das estratégias que estamos a seguir em 2014 e vamos continuar a seguir em 2015 é procurar fazer um conjunto de coisas com o dinheiro dos outros. Viu os foguetes da passagem de ano de 2013 para 2014? Soube que houve? Se tiver oportunidade de ver vai ver que vai haver foguetes na passagem de ano de 2014/2015. Os foguetes são nossos. Mas não fomos nós que o pagámos, ok.

Uma das operações e ainda há dias falava aqui que os nosso vereadores todos são especialistas nisso. A Vereadora Raquel nas áreas dela, o Vereador Campino nas áreas dele, o Vereado Capão Filipe nas áreas deles, o Vereador Jorge Ratola nas áreas dele, é ter coisas com o dinheiro dos outros. Quem são os outros? São as empresas nossas parceiras. Amanhã lançamos uma operação de educação ambiental, de cinco mil sacos de pão à moda antiga, com um conjunto de mensagens para incentivar os cidadãos a porem mais lixo nos processos de reciclagem e menos nos processos de tratamento banal. Para quê? Para baixarmos todos, o nosso custo. Quem é que paga? Paga a nossas empresa SUMA e depois uma outra operação paga a Associação de Comerciantes da Panificação. E no saco do pão estão lá os três logos, Câmara, Acip, Suma. etc, etc, etc. para não estar aqui a cansar. Portanto é assim que estamos a trabalhar. E obviamente vamos procurando criar condições para que nós do nosso orçamento participemos nessas ações de cultura, de turismo, de ação social, de juventude, etc, etc, etc, Temos que viver assim para sairmos do buraco em que nos metemos, em que nos meteram, e não construir um novo buraco para nós próprios e para os autarcas que se nos vão suceder na gestão do nosso município.

Em relação à Educação dizer o seguinte. Está clara a operação. Nós já fizemos as primeiras abordagens da Carta Educativa. A primeira peça está pronta mas está à espera de sabermos de uma vez por todas com que Fundos Comunitários do Portugal 20-20 é que podemos jogar. Nós temos uma Carta Educativa realista. E o grande instrumento financeiro para a podermos desenhar e operacionalizar são os fundos do Portugal 20-20. Não vale a pena continuarmos a jogar o jogo da mentira que se andou a jogar anos nesta Câmara. De fazermos coisas megalómanas que não temos dinheiro para as sustentar ou achar que nos vai sair o totoloto quando não sequer o direito legal de jogar. É fazermos aas coisas de forma séria.

Nós não queremos Conselhos Municipais só para fazer uma cruzinha a dizer que já o reunimos. Todos os que já reunimos, já reunimos porque está trabalho feito. E assim vai ser com aqueles que vamos reunir pela primeira vez proximamente. Embora com os agentes principais do processo o trabalho é diário. A Câmara de Aveiro não falta a nenhum Conselho Geral dos sete agrupamentos existentes. Até há pouco tempo era raro ir algum. A Câmara de Aveiro não falta a nenhum Conselho Geral. E damos a nossa opinião, temos uma presença ativa, propositiva e de reação às interações com os outros parceiros que estão em cada um dos Conselhos dos Agrupamentos, embora sabendo que são as Direções dos Agrupamentos o parceiro principal na gestão do sistema educativo chamemos-lhe assim, do nosso município.

Quanto à previsão de receita sobre a ERSUC ela está cá. Marques Pereira ela está cá na rubrica respetiva, um montante de 660 mil euros, que é a nossa previsão se a nossa decisão vier a ser vender. Já disse, repito, esse processo aguarda luz verde ou vermelha da Autoridade da Concorrência. Se for verde nós cá traremos a proposta, se for vermelha nem sequer faremos coisíssima nenhuma. Embora falaremos sobre a matéria sempre que bem entendermos.

E portanto julgo que concluímos com relativa facilidade que temos um Plano que tem uma estratégia para a gestão financeira, tem uma estratégia para reorganização, tem

uma estratégia política clara em absoluta coerência com o mandato que recebemos dos nossos concidadãos. Queremos muito que nos corra bem a operação. Queremos muito vir a ter um orçamento de 2016 que seja consequência do crescimento e do cumprimento dos objetivos que queremos conseguir em 2015. E também criarmos mais espaço para podermos receber outras ideias da oposição, dos cidadãos em sede de orçamento participativo, quando voltar a fazer sentido o termos e depois de pagarmos as dívidas que temos aos cidadãos que participaram no orçamento participativo de 2012 e 2013 e que ainda hoje estão à espera de saber o que é que aconteceu à ideia que foi escolhida pela nossa Câmara para ser concretizada e que não foi.

É desta forma realista e ambiciosa, séria e rigorosa na gestão financeira e política, que nós construímos esta proposta e com toda a clareza propomos à Assembleia Municipal que a aprove porque este é um documento importante para o importante exercício do ano de 2015.”

Membros da Assembleia

Vogal Anselmo Castro (PS) – Nos termos do artigo 35.º do Regimento:⁰⁵⁶

“Senhor Presidente, eu tenho muito respeito pelo senhor e pelo seu trabalho. Mas não é o senhor que me diz onde é que eu devo ir e onde é que eu não devo ir. Esse papel de grande educador fica-lhe mal.

Obviamente que irei a todo género de participação públicas, irei onde entenda que deva ir e possa ir. Mas isso não é alternativa à discussão no fórum da discussão política da cidade de Aveiro, que é aqui.

Portanto haverá democracia, haverá discussões sobre o plano de mobilidade sobre tudo e mais alguma coisa, onde as pessoas devem participar e dar as suas ideias, mas discussão política não deixa de ter de ser feita aqui. Era isto que eu queria dizer.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁵⁷

“Obviamente. Eu julgo é que as pessoas que andam na política há pouco tempo não perceberam as regras do jogo!

Imagine o que seria se a discussão de uma lei se restringisse aos tempos que os partidos e o governo têm em sede parlamentar? Não é possível. Não é mesmo possível.

Virão aqui processos complicadíssimos com milhares de horas de trabalho. Por exemplo a revisão do Plano Director Municipal. Mas alguém pensa, quem quiser participar no debate, que vai ser numa assembleia municipal mesmo com o quádruplo ou o quántuplo do tempo se faz o debate profundo da revisão de um Plano Director Municipal? Não pense nisso porque nunca será profundo.

É preciso este exercício bem medido entre a formalidade dos atos que temos de ter em sede de Câmara e em sede de Assembleia Municipal e a necessária informalidade de outros passos para nos conhecermos em termos de posições e podermos construir no fim a melhor posição.

E saiba isto Senhor Professor: - Não tenho problema nenhum de alterar as minhas convicções e das quatro pessoas que comigo governam a Câmara enriquecendo-as com as suas — tenho é que as conhecer em tempo útil.

E se eu trago aqui o Plano e Orçamento e o Senhor me diz hoje qual é a sua perspectiva, o tempo não é útil. E na proposta, que depois foi deliberação de plano e orçamento para 2014, lá está o pedido de contributos. Há um ano que há um pedido de contributos formalizado. Quantos chegaram da oposição? Zero.

Agora Senhor Professor saiba-se e sinta-se livre no que à minha pessoa respeita. Não disse que o senhor tem de ir a nenhum espaço de debate. Apenas lhe referenciei espaços

de debate que já existiram onde o Senhor não foi. Longe de mim, eu que já nem no meu filho mando que vai fazer vinte anos de agora mandar em V. Exa, que não tem exatamente idade para ser meu pai, mas irmão mais velho. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁵⁸

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁵⁹

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁶⁰

(Entretanto saiu da sala o Vogal Nuno Frederico Miranda Leite)

Vogal Francisco Picado (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁶¹

“Gostaria de retomar a intervenção como comecei à bocado. O Partido Socialista esperava mais deste documento. E é inevitável trazer à discussão o FAM e o PAM, porque 80 milhões que estão aqui inscritas no Orçamento são oriundas precisamente do FAM e do PAM. Não há como separarmos as coisas. Porque se suprimirmos 80 milhões estaríamos a falar dum documento totalmente diferente.

Agora, o que é que o FAM e o PAM permitem? Já percebi Senhor Presidente — zero de alocação às despesas correntes. Vai liquidar todos os compromissos que tem com os fornecedores passados e do ano. E depois, vai liquidar dívida à banca e vai também permitir refinanciar aquilo que é remanescente a prazos mais longos e a condições mais vantajosas o que lhe vai permitir libertar alguns meios para fazer investimento.

Mas há aqui uma questão fundamental que é a questão da receita. Porque o FAM e o PAM também lhe permitem aumentar a receita. Só que o que conhecemos até hoje é só através de uma via que é a via dos impostos!?

E já na última assembleia eu coloquei a questão de perceber, como é que a Câmara equaciona este aspecto. Porque das receitas que aqui estão 50% ou aproximadamente são oriundas de impostos.

O que nós queremos perceber claramente e que não está neste Orçamento, é qual é o caminho alternativo para arranjar receitas para que as mesmas possam ser superiores às despesas, para poder efetivamente e aí sim sanear a dívida financeira da Câmara? Mas a resposta não está aqui. Pode-me dizer vamos esperar pelo PAM. Mas o que nós estamos a analisar neste momento é este documento. E neste documento isso não está.

E o Senhor Presidente pode dizer que não está por questão estratégica. Compreendo-o e aceito-o, para não ser público antes dos argumentos surjam efeito antes de negociar.

Mas volto a repetir, nós estamos a analisar estes documentos. E termino como comecei: o PS esperava mais deste Orçamento. É o segundo Orçamento que o Senhor Presidente apresenta e nós esperávamos que ele fosse mais ambicioso e mais completo.

Com certeza que cá estaremos todos para analisar o Orçamento de 2016 e o de 2017 (espero eu) e aí espero que a conversa seja diferente. E não pense com isto que a bancada do Partido Socialista se regozija com a desgraça da Câmara! Não se regozija.

Agora o que fazemos é analisar este documento tal qual como nos apresentou. E enquanto não tivermos estas questões esclarecidas e com certeza elas não serão esclarecidas neste tempo que resta daqui até à votação, percebe claramente qual é a intenção de voto do Partido Socialista.”

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁶²

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁶³

Vogal Jorge Nascimento (JPA) – Nos termos do artigo 35.º do Regimento:⁰⁶⁴

“Primeira questão, nós não sabemos e até acho deselegante estar a dizer-se aqui que o Vereador do MJPA não esteve na Câmara, não se fez substituir. Nós não sabemos sequer se o Vereador dispôs de um minuto. Eu acho sempre mal quando as pessoas são visadas, se diga algo de quem quer que seja sem o visado estar presente. Essa é a primeira questão (ouvem-se vozes). Nós não sabemos. O visado não está presente.

Segunda questão. Aqui o que esta assembleia se queixa é que o estatuto de oposição não foi cumprido. E como bem definido já foi, a oposição pronuncia-se sobre propostas e não tem de vir aqui trazer propostas — já aqui foi dito por outrem. E é correto. Aqui vota-se e aprecia-se politicamente aquilo que está proposto e mais nada. Nós não vimos aqui fazer alteração nenhuma. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁶⁵

“Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu começo pelas respostas ao Presidente da Junta Eixo-Eirol. Peço desculpa porque nos meus apontamentos baralhei-me, mas vou responder, objectivamente, às três questões.

Primeiro, as contra-partidas da renegociação da UTMB estão em aberto. Aliás, se pomos a hipótese de vender a nossa posição na ERSUC o argumento principal é a renegociação das contra-partidas. Deixar claro que temos um problema sério no que respeita ao acesso norte, como o Presidente acabou de dizer; felizmente temos o nosso problema do acesso sul em resolução. Há uma boa notícia... a empresa Rosa Construtores retomou os trabalhos, está tudo em obra, e, portanto, proximamente, o acesso sul estará pronto. O martírio de algumas populações da zona de Mamodeiro acabará, mas não acabará o martírio das populações da zona de Eixo-Eirol que só acabará com a variante que está prevista e que ligará a UTMB à nova ligação rodoviária Aveiro-Águeda. Mas é preciso estar na mesa das negociações com os argumentos todos para nós podermos ter o jogo para o nosso lado. Aliás, se virem bem, que outras câmaras é que manifestaram disponibilidade? Vejam que não estamos a fazer um negócio sozinhos. Estamos concertados com as nossas câmaras vizinhas, nomeadamente o município que connosco gere a operação do Aveiro-Águeda, inevitavelmente.

Quanto às pavimentações, saiba o Presidente, que estamos a tratar delas, pôr as contas em ordem, ver o que é que fazemos e o que é que não fazemos. Parte delas também estão com a empresa Rosa Construtores, embora esta não seja o caso, que teve os problemas que teve, está felizmente de regresso à vida; e os nossos compromissos são para serem cumpridos com a devida qualidade e sustentabilidade financeira.

Quanto ao saneamento básico é bom que ouçamos o que disse o Presidente Morgado, porque aquilo que alguns andaram a dizer, durante muitos anos, que Aveiro tem saneamento a cem por cento não é verdade. Não é verdade mesmo. A nossa rede de saneamento básico, no que respeita às águas residuais, tem várias carências que representarão, na nossa estimativa, entre quatro e cinco por cento. É pouco mas existe... na Freguesia de Esgueira, na Freguesia de Eixo-Eirol, na Freguesia de Oliveirinha, entre outras; há um bocadinho em cada redes por terminar. Quanto às pluviais, aí é a desgraça total. Nós temos uma cobertura de cerca de trinta por cento de pluviais. E quando se fala de saneamento básico é residuais e pluviais. Ficais a saber que está nomeada uma equipa de técnicos com um pressuposto de trabalho, finalmente, depois de tantos anos, à gestão de águas pluviais e de rede na nossa Câmara Municipal.

Agradecer a todos o debate, a clareza, recomendar, especialmente ao MIJPA que faça trabalho com os vereadores e entre os membros da Assembleia, porque na interação

entre as pessoas nasce a luz e o aproveitamento dos espaços de interação. Não pode ser aqui porque o vereador do MIJPA não vem à Assembleia Municipal, como é sabido é a sua quarta falta consecutiva. Portanto, alguns que falam sobre o respeito pela Assembleia Municipal é bom que olhem para o seu próprio espelho para verem o que é a falta de respeito de membros de um órgão executivo pelo órgão deliberativo, e não venham dar lições quando os próprios nem sequer o papel leram quanto mais apreenderam a próprio lição.

Tenham a certeza que, da nossa parte, partimos com a certeza de que temos um bom documento, que temos uma missão complexa e difícil, mas seguramente muito motivadora, e partimos para ela com toda a determinação. Esperemos, no tempo de fazer a sua avaliação, aquando da aprovação da conta de gerência respeitante ao exercício, tenhamos um balanço positivo para fazer.”

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁶⁶ o ponto 8. – Apreciação e votação das Grandes Opções do Plano e Orçamento CMA 2015, sendo aprovado por maioria, com vinte dois votos a favor (PSD14+CDS6+PS2), zero abstenções, e doze votos contra (PS8+BE1+PCP1+IND2).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁶⁷

“O PCP votou contra a proposta das GOP e Orçamento porque contempla ao nível das receitas uma série de medidas de agravamento fiscal e de taxas e tarifas, os quais irão atingir de forma violenta e inaceitável a vida da generalidade dos aveirenses, com especial ênfase no agravamento do IMI.

Porque apresentam ao nível das promessas de gestão aspetos que são contrários ao nosso entendimento da defesa do interesse público municipal, como é o caso da concessão do transporte público.

Porque partindo erradamente do pressuposto que o empréstimo associado à eventual aprovação de um plano de ajustamento municipal é totalmente realizável no ano económico de 2015 (o que não corresponde à realidade) inflaciona as receitas para valores absolutamente irrealistas, constituindo assim um perigoso exercício de sobreorçamentação — uma das razões do agravamento da dívida.”

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁶⁸

“Muito sinteticamente o Bloco de Esquerda vota contra porque este é, ainda que não formalmente, o Orçamento do PAM. Acarreta medidas agravamento fiscal sobre os munícipes, não contém em si nenhuma medidas de cariz social ou projetos sociais, nomeadamente reabilitação urbana e combate às assimetrias sociais, portanto não é minimamente um Orçamento que o Bloco de Esquerda possa votar favoravelmente.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁶⁹

“Votámos contra pelas razões apresentadas na primeira intervenção.”

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁷⁰

“A declaração de voto será a segunda intervenção do deputado Francisco Picado.”

PONTO 9. – APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DAS DISTINÇÕES HONORÍFICAS, CHAVE DE HONRA E TOPONÍMIA.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião Extraordinária pública realizada em 31/10/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida, o Presidente da Mesa,⁰⁷¹ deu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁷²

“Uma nota muito breve. Esta é a proposta que equacionámos numa perspectiva base de fusão das matérias ligadas às condecorações com as matérias ligadas à toponímia. Quer eu próprio, quer o Vereador Capão Filipe que foi o gestor de primeira linha deste documento, estaremos ao dispor para alguma questão e para participar no debate.”

(Saíram da sala os vogais Gonçalo Nuno Caetano Alves e António Ildebrando Nunes Costeira)

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁷³

“Senhor Presidente Srs. Deputados. Esta matéria tem a relevância que tem, dir-se-ia que é pouco importante, mas tem alguma. E em relação à proposta que aqui é trazida eu apenas vou manifestar a minha estranheza e a minha oposição relativamente a um número reduzido de aspetos.

Em primeiro lugar o fim do Conselho. O Conselho que assessorava o Senhor Presidente da Câmara na elaboração das propostas é morto com este Regulamento. O que passando a ser um Conselho de nomeação pelo Presidente poderia nem ser relevante. Mas como o Presidente poderia indicar pessoas de elevados nas diversas áreas entendo que este Conselho poderia ser útil para esta assessoria para definição de propostas a apresentar. Portanto este aspecto, embora seja talvez o menos complicado merece algum reparo da nossa parte.

O segundo aspecto que merece reparo é na parte da toponímia o fim da audição das juntas de freguesia.

Portanto as Juntas eram ouvidas na atribuição de nomes de rua nas áreas respectivas, e chamando os Presidente à reunião, não se chama a Junta! Ora, eu não confundo um senhor Presidente de Junta com a Junta respetiva. A Junta é um órgão colegial e tem todo o direito de emitir opinião sobre a toponímia da sua freguesia. Reduzir esse direito ao Presidente da Junta não me parece adequado. Este é o segundo aspecto a merecer reparo.

O terceiro aspecto a receber reparo e aqui o mais importante (deixem-me usar a expressão, não se chateiem) é o roubo à Assembleia Municipal da competência relativa à Chave de Honra. Quem decidia a Chave de Ouro era a Assembleia Municipal por iniciativa própria ou através da deliberação da Câmara Municipal. Era assim.

Passando para a competência da Câmara é mais uma competência que é retirado ao órgão mais importante do município — e com esta estou em completo desacordo.”

Vogal João Pedro Dias (BE) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[074](#)

“Em relação a este regulamento apesar de parecer, não diria algo inócuo e inofensivo, é preciso ver que algumas vezes estas distinções sofrem de algum enviesamento ideológico. Porque gostava de lembrar que Rui Rio no Porto recusou uma homenagem póstuma de atribuir o nome de uma rua com o nome de José Saramago. Obviamente que aqui o preconceito ideológico pesou mais do que ter alguém reconhecido como José Saramago e portanto convém salientar isso. Para dizer que isto não é uma matéria tão inócua como poderia parecer.

Embora isto seja um processo formal também é importante porque às vezes as ruas dos nossos países e o nome que nós damos a determinados monumentos dizem muito sobre a nossa história. O caso mais emblemático é a Ponte Salazar que se chama agora 25 de Abril, é o ponto mais eu diria mais importante da história de Portugal e portanto não deixar cair isto no esquecimento.

Em relação ao regulamento propriamente dito acho que há um ponto que nos suscita imenso desacordo que é aquilo que diz que a Câmara de Aveiro em reunião não pública apreciará as sugestões. Ou seja tudo o que cheira a democracia, tudo o que cheira a abertura, este executivo diz não. Portanto o Bloco não pode aprovar um regulamento com estes termos. Enfim, mais do mesmo. Menos democracia, mais fechamento, são as marcas deste executivo.”

(Saiu da sala o Vogal Manuel José Prior Pedreira das Neves)

Vogal Jorge Nascimento (JPA)[075](#)

Vogal Paulo Marques (CDS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[076](#)

“De facto este regulamento agora reformulado e congregador de matérias relativas à toponímia e às honoríficas de facto necessitava aqui de alguns reparos. Mas queria dizer o seguinte: – para além da importância do regulamento em si, para além do que regula, importa salientar é a capacidade do município de reconhecer a existência de cidadãos e de instituições que de facto marcam a exceção na sociedade. E esse reconhecimento deve ser para além de público deve ser sincero neste sentido, a Câmara, a autarquia, o município, perceber precisamente por essas pessoas ou instituições serem exceção, merecem o apoio merecem o carinho, merecem reconhecimento por uma razão muito simples, o exemplo dará lugar a outros exemplos e esses exemplos representam de facto a exceção na sociedade.”

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:[077](#)

“Ó deputado Paulo Marques, isto é só um regulamento! Enfim. Eu queria só deixar umas notas ao regulamento. Artigo 4.º. “a chave de honra e as distinções honoríficas são atribuídas pela Câmara Municipal por deliberação maioritária”. Primeira crítica – uma medalha de ouro não pode ser atribuída por deliberação maioritária. Porque a deliberação maioritária poderá prossupor votos contra. Ora uma medalha de ouro que é dada a uma pessoa de exceção a Câmara não se pode permitir deliberar com votos contra. E portanto a primeira crítica dá azo à primeira proposta. É que se diga pelo menos por deliberação “sem votos contra”. É a nossa proposta. “por escrutínio secreto, por proposta do seu presidente ou dos seus vereadores (parece-nos bem), por proposta da Assembleia Municipal (já não nos parece bem)”. Porque pode ocorrer uma coisa caricata em que a Assembleia Municipal fica mal. Porque pode ocorrer a Assembleia

votar por unanimidade a atribuição de medalha de ouro a uma personalidade e a Câmara chumbar a proposta da Assembleia Municipal. Ora isso não pode ocorrer.

E portanto nós fazemos uma segunda proposta. É que desapareça “por proposta da Assembleia Municipal”.

Artigo 27.º n.º 1 e 2 diz assim “uso da insígnias” e diz-se a dado passo que elas são usadas nas cerimónias promovidas pelo município por entidades publicas ou sempre que as circunstancias o justifiquem. E depois diz “de acordo com o prudente arbítrio de cada um”. Ora a legislação não contempla o arbítrio!? Isso não existe. Pode haver discricionariedade aplicada às entidades públicas, mas não devemos contemplar no articulado que fica ao arbítrio de cada um usar a insígnia. Faz sentido que fique uma norma com o conceito em aberto de que “sempre as circunstâncias o justifiquem”.

Depois diz, “exceção ao número anterior os casos de atribuição a título póstumo em que a insígnia atribuída será aposta a representante ou familiar do falecido e apenas poderá ser usada no decurso da respetiva sessão solene.” Colocar insígnias dos mortos na lapela dos vivos também não faz sentido!? O que faz sentido é que a insígnia que estará numa caixa ou numa almofada, seja entregue à pessoa e a pessoa leve para onde a família entender. Agora apostá-la na lapela da pessoa a quem ela não pertence não me parece bem.

Artigo 38.º n.º 2 e 3. Abre-se a possibilidade diz-se que por exceção, mas há exceção que com o tempo se tornam regras, enfim eu acho que aqui devemos cortar o mal pela raiz. Que é (e é outra proposta que fazemos) “não atribuir nome de ruas a pessoas que estão vivas.” Portanto entendemos que, enfim, em muitos países isso acontece assim e corretamente, as pessoas falecidas têm direito a ver inscrito o seu nome na toponímia passado um certo decurso do tempo, aqui o regulamento diz que é um ano, parece-nos ajustado, mas abrir-se a exceção a aplicar-se isso a pessoa viva, a exceção é a exceção que depois é discricionária. Portanto acho que ficará melhor escudado se cortarmos aqui o mal pela raiz. Portanto estas são as críticas e as inerentes propostas do PS à alteração do Regulamento. Muito obrigado.”

Vogal Paulo Marques (PS)⁰⁷⁸

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁸⁰

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)⁰⁸¹

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:⁰⁸²

“Muito rapidamente para agradecer ao Dr. Capão Filipe o trabalho que nos apresentou e depois fazer duas ou três considerações muito breves. Nós temos que no habitual em Portugal (na minha óptica) a ser transparentes. E não vejo porque tenhamos todos que estar de acordo para atribuir uma distinção honorífica seja a quem for. Nós não temos que estar todos de acordo. Nós aqui nesta Assembleia a maior parte não estamos de acordo e no entanto as coisas decidem-se. Não penso que isso seja menosprezo para alguém o facto de haver pessoas que não concordam. Há pessoas que gostam de mim e há pessoas que não gostam de mim, ponto final paragrafo.

Bem, em segundo lugar dizer que eu acredito na representatividade. E da mesma maneira que os Presidentes de Junta de Freguesia estão aqui a representar a sua junta de freguesia nesta assembleia e nós os tomamos como tal, representantes das suas Juntas, não vejo por que motivo não podem ser eles a estarem presentes nas comissões a que se referiu o senhor deputado. Eu quero acreditar que os Senhores Presidentes da Junta, num assunto desta natureza, não irão atuar individualmente de acordo com os seus pensamentos.

Relativamente às propostas apresentadas pelo senhor vogal Marques Pereira deixem-me dizer-lhes o seguinte: - eu penso que deveríamos considerar muito bem a questão da atribuição de nomes de ruas a pessoas vivas. Eu acho que devemos ponderar isso com algum cuidado. Na minha opinião devemos analisar isso com algum cuidado.

Eu penso que a apreciação da importância das pessoas para ficar para sempre numa rua é algo que requer algum distanciamento que de vez em quando nós perdemos. Muito obrigado.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁸³

“Muito obrigado a todos. Nas questões de natureza política o regulamento, pelos vistos, está bem; era nossa convicção. Dar então apenas duas ou três notas. Nós gostávamos imenso que esta questão da matéria das condecorações não fosse regulamentada. E a tentativa que se faz com esta alteração regulamentar é a de abrir um espaço mais aberto, passe o pleonasma, neste processo. Lembrai-vos do regulamento que ainda está em vigor, a Assembleia Municipal tem a possibilidade de regulamentar, de recomendar, de fazer recomendações à Câmara. Nós entendemos que isto é muito pouco nobre em termos formais, porque já vou ao político. Portanto entendemos que a Assembleia Municipal deveria passar para o grupo dos que têm a possibilidade de fazerem propostas. E esta é a grande nuance no regulamento actual: a Assembleia Municipal, até tem um artigo específico, só pode fazer recomendações à Câmara. Estão a ver como é que se pode fazer uma recomendação. Se vamos pela formalidade: proposta, deliberação, uns contra, outros a favor, chega à Câmara aprova ou chumba. Nós quisemos acabar com isso e pôr que, além do Presidente e dos Vereadores, a Assembleia Municipal também pode fazer propostas.

A história do Conselho... quem é que é conselheiro? Os cidadãos todos, qualquer cidadão pode propor; uma associação pode propor. Agora ter os conselheiros? Mas que é isso dos conselheiros? Nós temos gente eleita que representa e temos cidadãos. Numa democracia que queremos mais participativa os cidadãos que proponham. Qual é o problema? É muito por isso que achamos que o regulamento, às vezes, até atrapalha. Por exemplo, em relação ao que o Marques Pereira falou. Nós todos devemos ter cuidado quando temos na nossa cabeça propostas a este nível para não as estragar com a forma como as apresentamos. É muito importante que quando temos ideias falemos uns com os outros para procurar que, preferencialmente, haja unanimidade e que não haja delicadezas; é sempre desagradável que alguém vote contra ou que uma proposta chumbe. Agora, não é democrático, nem sensato, que, formalmente, isso não seja possível. Como sabem eu tenho sido muito recatado em falar da minha experiência enquanto presidente da Câmara de Ílhavo, mas dar-vos esta nota. Da minha experiência autárquica todas as muitas propostas, muitas que nunca foram muitas, sete ou oito por ano, foram todas aprovadas por unanimidade e todas tratadas informalmente antes do momento formal. Umas nasceram do vereador A, outras do presidente da Câmara, outras do presidente da junta B, outros de um cidadão, outros de uma associação. A umas disse-se que sim e às que se disseram que não ficaram para nós, e nunca tiveram uma letra na praça pública. Portanto, isto é o bom-senso e o bom-senso não se regulamenta, pratica-se. É minha convicção absoluta que todos nós teremos esse bom-senso para manusearmos isto bem e, no fundo, como disse o Dr. Jorge Nascimento, que seja o mérito e o bom-senso a fazer isto bem. Nós somos contra, não vão ver catadupas de condecorações. Não vão ver. Nós não achamos que isso seja saudável, banaliza aquilo que não pode ser banal. São situações de natureza extraordinária e que têm que ser consideradas, e é por aqui que nós andamos.

Em relação à adição das juntas. Aqui fizemos uma nota que para nós é muito importante. Nós não queremos a audição e depois uma comissão com especialistas... Não. A toponímia é importante, tem que ser coerente, já descobrimos que temos aí alguns nomes de várias ruas com o mesmo nome em vários sítios, e uns cidadãos excessivamente homenageados porque têm nomes em tudo quanto é canto, e achámos que é muito importante que a comissão tenha lá os dez presidentes de Junta de Freguesia. Obviamente que quando se convoca uma reunião há uma ordem de trabalhos, há propostas que cada um dos membros estuda e analisa. Nós por acaso não temos nenhum Presidente isolado no seu executivo da coligação ou do movimento independente. Por acaso não temos, mas podíamos ter. Mas o presidente de junta quando vai a alguma coisa representa a Junta, mas exerce o seu mandato como muito bem entende. Não estou a ver que algum deles vá para ali com posições em relação às quais os seus pares não se reveem. Portanto, quando está o Presidente da Junta no órgão, obviamente que o Presidente da Junta transportará, com o seu bom-senso e lógica política, a opinião do seu Executivo, do seu deliberativo, dos seus conselheiros, de quem muito bem entender, sabendo que nós entendemos que é muito mais relevante para a boa gestão desta operação termos a participação dos presidentes de junta no Conselho do que ouvi-los um por um, onde ele pode responder sozinho. Nós podemos mandar um ofício à Junta, obviamente é dirigido ao Presidente da Junta, «diga lá a opinião da Junta sobre esta proposta X» e ele pode pegar num ofício, sozinho, e dizer «a nossa proposta é sim ou não, concordamos ou não, tome lá a resposta». E eu lá vou saber se ele ouviu ou não ouviu. Achámos que isto era um momento positivo de termos este processo enriquecido, com a participação simultânea da gestão municipal e da gestão de cada uma das freguesias.

Quanto à Chave de Honra, a nossa opção foi colocar a Assembleia no grupo de quem tem possibilidade formal, regulamentar, de propor e deixar a questão menor de apenas poder fazer recomendações e tratar as distinções todas por igual. Sabemos bem que a Chave de Honra é uma distinção que tem um carácter excessivamente, eventualmente, mas muitíssimo excepcional. A nossa informação da Câmara não é muito fidedigna. Nós tentámos ter a listagem todos dos condecorados ao longo dos anos e os nossos serviços só descobriram uma Chave de Honra entregue à Rainha D. Maria II em 1852. Não descobriram mais ninguém. Deixo isto com clareza que não temos a segurança que o nosso registo seja todo a cem por cento. É, de facto, uma distinção absolutamente extraordinária. Quando um dia nós ou os nossos sucessores a quiserem entregar vamos, seguramente, estar todos profundamente de acordo e vamo-nos rever, todos, nessa entrega; não tenho qualquer dúvida sobre isso.

São este conjunto de matérias que, além do mais, levaram ao que está escrito com clareza no artigo trinta e oito. Só situações de absoluta excepcionalidade é que nos levarão a usar atribuir o nome de uma rua a uma pessoa viva. Não quero aqui chocar ninguém, portanto não vou dar exemplos, mas há muitas situações o melhor agradecimento que se dá a uma pessoa, nos últimos momentos da sua vida, é ela sentir o reconhecimento dos outros. Não vou dar exemplos porque há exemplos muito expressivos na portugalidade. É apenas deixar em aberto essa possibilidade, com a excepcionalidade que o texto referencia como uma possibilidade. Obviamente que pela excepcionalidade é excepcional, a regra é aquela com a qual estamos todos de acordo que deve ser utilizada. Julgo que a chamada de atenção do presidente Fernando Marques, estamos todos em linha. Começar a trabalhar para colocarmos mais ordem nas placas que estão, alguma harmonização que o próprio regulamento define, para também podermos qualificar a urbanidade que é precisa em todo o Município, embora é verdade que algumas zonas da nossa cidade têm algumas carências muito evidentes. Portanto, podermos iniciar

processos na relação do trabalho e investimento da Câmara com as próprias Juntas de Freguesia para usarmos essa frente.

Pelo debate, sentimo-nos bem pela proposta que apresentámos.”

Membros da Assembleia

Vogal João Barbosa (PS)⁰⁸⁴

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁸⁵

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁸⁶

Vogal Marques Pereira (PS)⁰⁸⁷

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁸⁸

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁸⁹

“Numa breve nota agradecer-vos a todos o debate. O regulamento é para ser aplicado em situações de bom-senso, porque os autarcas, os eleitos, em regra, são pessoas sensatas. Esse é o quadro no qual vamos viver. Portanto, Marques Pereira, permita-me discordar do meu amigo mas eu acho exatamente o contrário. O regulamento está aqui, é para ser aplicado e gerido por gente sensata que, em regra, são os eleitos. Os eleitos são pessoas sensatas, por regra, mesmo que façamos uns ‘intervalos’.

Queria agradecer a todos e dizer-vos também que, nós próprios, entre nós, fizemos equilíbrios. Eu, por exemplo, não tenho qualquer reserva em atribuir nomes de ruas a pessoas vivas, e não diferencio isso nem um milímetro dos mortos. Não tenho o menor problema, o mais pequeno problema. Mas nas nossas opiniões achámos que assim ficava equilibrado e podem ter a certeza absoluta que honraremos com lealdade o texto, e só em situações de absoluta excecionalidade é que apresentaremos alguma proposta. Obviamente naquilo que é a nossa possibilidade de propositura, porque há outras pessoas e entidades que o podem fazer, honraremos com lealdade. É o equilíbrio das perspectivas que se procurou fazer e, portanto, nós reiteramos a nossa proposta porque, confirmadamente, ela é equilibrada”.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação⁰⁹⁰ ponto 9. – Apreciação e votação da proposta de Regulamento das Distinções Honoríficas, Chave de Honra e Toponímia, sendo aprovado por maioria, com dezanove votos a favor (PSD13+CDS5+PS1), sete abstenções (PS4+PCP1+IND2) e cinco votos contra (PS4+BE1).

Seguiram-se as declarações de voto dos seguintes vogais:

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁹¹

“O Bloco de Esquerda faz a sua declaração de voto com os motivos apresentados na primeira intervenção.”

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁹²

“Abstivemo-nos, embora inicialmente tivesse-mos o propósito de votar a favor, porque não duvidamos que o regulamento vai ser aplicado com as regras do bom senso e é isso que esperamos. No entanto o debate veio a determinar que algumas propostas aqui feitas foram apresentadas de forma a terem acolhimento porque na realidade, como foi dito, trata-se de um regulamento e como regulamento deve prevenir situações em que possa não haver bom senso. Portanto o debate é que veio a determinar que nos abstivéssemos. Muito o brigado.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)⁰⁹³

“A declaração não é nome do PSD, mas em meu nome pessoal. Votei a favor do regulamento, porque considero que é um regulamento equilibrado, necessário e equilibrado, mas manifesto a minha reserva quanto à cláusula de exceção que existe no domínio da toponímia — porque sou contra as exceções.”

PONTO 10. – APRECIACÃO E VOTAÇÃO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM A JUNTA DE FREGUESIA DE ESGUEIRA E UNIÃO DE FREGUESIAS DE GLÓRIA E VERA CRUZ, EM MATÉRIA DE GESTÃO DE CEMITÉRIOS.

(A deliberação tomada pela Câmara Municipal, na reunião ordinária realizada em 15/10/2014, sobre o assunto em epígrafe, foi distribuída a todos os membros desta Assembleia e faz parte do original desta acta, em anexo).

De seguida, o Presidente da Mesa,⁰⁹⁴ concedeu a palavra ao Presidente da Câmara para apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:⁰⁹⁵

“Uma nota muito breve para dar nota de dois aspetos. O primeiro, é a nossa perspectiva de que as juntas de freguesia são as entidades mais indicadas para gerirem os cemitérios. Os cemitérios têm, obviamente, um conjunto de delicadezas, de exigências de proximidade, e, além do mais, está provada, pela experiência, que são as juntas de freguesia as entidades mais indicadas, melhor colocadas, para fazerem a sua gestão. Aliás, o nosso próprio Município é disso exemplo. Não precisamos de sair dele para termos um bom exemplo. O nosso pressuposto de base é este e entendemos que a gestão dos cemitérios deve ser feita em igualdade de circunstâncias por todas as Juntas de Freguesia. São estes os dois pressupostos que nos levaram a tratar destas duas situações. A segunda nota, é ter uma palavra para com o Sr. Presidente da Junta da Glória e Vera Cruz e para com a Sra. Presidente da Junta de Esgueira. Em primeiro lugar ao Presidente Fernando Marques porque, neste acordo, é a Junta que ajuda a Câmara. E é muito importante esta atitude porque muitas vezes achamos que é a Câmara que ajuda tudo e todos. De facto não é, não pode ser, não tem sentido que seja, e muito menos quando a Câmara está na situação em que está. A Junta de Freguesia da Glória e Vera Cruz, ou a freguesia da Glória porque os dois cemitérios em causa estão e estarão na área da Glória, tinha e ainda tem, ainda está em vigor, só deixará de o estar com a entrada em vigor deste novo contrato, uma situação de gestão já entregue à Junta destes dois cemitérios, o cemitério Central e o cemitério Sul, mas com o pressuposto que as despesas de pessoal eram assumidas pela Câmara Municipal. Portanto, a grande alteração, em termos substantivos, é que agora, com este novo contrato e tratando em igualdade de circunstâncias todas as nossas Juntas de Freguesia gestoras de cemitérios, as Juntas ficam com toda a receita e com toda a despesa. Em sede da cooperação técnico-financeira a Câmara estará disponível para acordos pontuais, para fazer projecto ou obras de carácter extraordinário, e colocar, como é óbvio essas estruturas e esses equipamentos nesse âmbito e nessa alçada. Não a gestão corrente ou a gestão do dia-a-dia. Portanto, quero ter uma palavra especial para com o Presidente Fernando

Marques porque aceitou a nossa proposta. Discutimo-la bastante, como é evidente, e com toda a abertura e franqueza. Soube dar a sua ajuda e, obviamente, quero aqui, na Assembleia Municipal, fazer o que já lhe fiz no processo, agradecer a disponibilidade, a abertura, neste caso, para ser a Junta de Freguesia a ajudar a Câmara Municipal.

A segunda palavra para a Sra. Presidente da Junta de Esgueira que também manifestou toda a disponibilidade de princípio para receber toda a gestão do cemitério de Esgueira. Entendemos por bem fazer uma intervenção de qualificação básica porque a situação em que estava o cemitério de Esgueira, o único gerido pela Câmara, era inaceitável e inadmissível. Não podíamos, em boa ética institucional, entrega-lo à gestão da Junta sem fazer aquilo que está praticamente terminado. Quem por lá passou antes das obras e depois das obras percebe com muita facilidade, que a evidência é enorme, aquilo que é a situação do cemitério, hoje, e aquilo que era o cemitério antes de iniciarmos a obra, num processo feito com toda a abertura, em equipa, entre a Câmara e a Junta de Freguesia, num processo liderado pelo Vereador Jorge Ratola e com a participação directa, nessa mesma equipa, da Presidente Ângela Almeida.

Quero deixar esta palavra de testemunho e, assim, a partir do dia um de janeiro de dois mil e quinze todos os nossos cemitérios serão geridos pelas Juntas de Freguesia em igualdade de circunstância objectiva e também nós ficamos absolutamente tranquilos porque os nossos cemitérios estarão entregues às instituições melhor situadas na relação da matéria em causa, para ser gerida, e dos nossos cidadãos para continuarem a ser bem geridos. No caso de Esgueira passar a ser muito melhor gerido do que aquilo que tem sido pela Câmara Municipal.”

Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP)⁰⁹⁶

Vogal João Pedro Dias (BE)⁰⁹⁷

Vogal Jorge Nascimento (JPA)⁰⁹⁸

Vogal Paulo Marques (CDS)⁰⁹⁹

Vogal Marques Pereira (PS)¹⁰⁰

Vogal Ângela Almeida (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:¹⁰¹

“Muito obrigado. Mais uma vez utilizando o meu poder de coerência, a minha seriedade e a minha forma entusiasta com que estou nestas coisas, agradeço toda a colaboração, toda a dedicação e o zelo que foi tido neste último ano (porque estamos a trabalhar nisto há um ano) no Cemitério de Esgueira.

De facto o Cemitério de Esgueira mudou substancialmente. Foram feitas ali intervenções como disse o Senhor presidente, não foram todas as que eram realmente necessárias, mas foram aquelas que estavam a prejudicar a vida a muitos cidadãos de Esgueira. Relembro mais uma vez que há quarenta e sete anos que o Cemitério pertence ao município e a degradação era constante.

Mal tomámos posse tivemos imensas reclamações sobre o Cemitério e as primeiras questões foi quando é que o Cemitério passa para a vossa gestão. Esta era a vontade dos cidadãos de Esgueira. Eu era uma daquelas que fazia parte dos cidadãos de Esgueira. Tanto o era que fazia parte daquele que foi o nosso programa eleitoral, essa era uma das nossas propostas.

Portanto quero deixar aqui também a informação de que estes contratos estão discutidos entre a Junta e a Câmara e em sede de reunião de executivo. Foram já aprovados em sede de reunião de executivo carecem desta aprovação para irem a reunião de Assembleia de Freguesia.

Não queria deixar passar este momento também sem referir a total cooperação que houve com o Vereador que está com os DSU. A colaboração foi total. Sempre que havia uma alteração a fazer no Cemitério nós éramos chamados a discutir o assunto. Fizemos visitas diárias, até ao fim de semana, ao Cemitério, portanto estamos perfeitamente em sintonia e este contrato interadministrativo já é há muito tempo esperado por este executivo desde o primeiro dia.

Agradeço de facto a forma como foi tratado pela Câmara porque se assim não fosse não sei se haveria capacidade financeira por parte da Junta para conseguirmos colocar aquele Cemitério da forma que ele está neste momento. Muito mais há lá a fazer. Vários projetos, mas esses estão na calha, no segredo daqueles que são os deuses que estão a governar. Era só isto e muito obrigado.”

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 46.º do Regimento, requereu a sua transcrição em ata:¹⁰²

“Muito obrigado. No seguimento do que a minha colega Ângela diz, é realmente também o que eu penso. Todavia aqui a minha posição é algo diferente. Primeiro para dizer ao Senhor Presidente da Câmara que não tem de agradecer o que quer que seja. Isto é uma função de nós autarcas, como disse e muito bem, é opinião generalizada que as Juntas de Freguesias estão em melhores condições para gerir realmente o Cemitério. É coisa que eu faço desde dois mil e dez. Na altura foi um desafio. Pensei que era mais fácil, assumo-o aqui isso.

Querida dizer que àquelas pessoas que não realmente uma noção do que é um cemitério e acredito muita gente não esteja por dentro da realidade. É uma área extremamente sensível e delicada. Direi, como na altura disse numa assembleia de freguesia, para mim era mais complicado gerir o cemitério que todo o resto da Freguesia da Glória.

Bom, mas nós somos responsáveis. A experiência da vida que vamos adquirindo ao longo destes muitos anos, alguns mandatos, hoje realmente as dificuldades estão superadas e faz parte já da rotina diária.

Foram cinco anos de experiência, não queria de forma nenhuma criar qualquer dificuldade à Câmara Municipal em continuar na verdade com esta gestão. Debates as condições como disse o Senhor Presidente, na medida em que as mesmas são muito diferentes das que tínhamos realmente anteriormente. Hoje temos os funcionários por nossa conta, antes não acontecia, mas também dizer o seguinte, que quando tomámos conta dos cemitérios havia espaço para dezassete ou dezoito sepulturas, hoje isso não acontece. Nós hoje temos setecentas sepulturas disponíveis portanto o problema está resolvido. E a adicionar a estas temos aquelas que vamos recuperando. E só no Cemitério Sul, onde não havia uma sepultura disponível, já temos cento e setenta e sete. Portanto isto é todo um trabalho de base que se tem de fazer. Requer cuidado, requer conhecimento profundo que nós fomos adquirindo.

É o caso também do Cemitério Central, não me vou alongar, mas para aquelas pessoas que vivem mais perto do Centro da Cidade, o cemitério não tinha uma sepultura hoje tem setenta e sete sepulturas. Não tinha um espaço para jazigo, hoje tem vários espaços para jazigos. Neste momento a nossa preocupação no Cemitério Central, que é um cemitério histórico, que é, que as agências turísticas estão a aproveitar para visitar, estamos empenhados em recuperar alguns daqueles jazigos. Recentemente recuperamos um, do Prof. Barbosa de Magalhães, um jazigo muito bonito de Arte Nova, para ser homenageado esse professor que acabei de referir, numa cerimónia em que algumas das pessoas aqui presentes lá estiveram.

Neste momento estamos a estabelecer contactos com pessoas familiares de Dr. Mário Duarte. Temos um jazigo que está degradadíssimo. É o pior de todos que está no

Cemitério Central. Estamos a estabelecer contactos, posso dizer, como Dr. Manuel Alegre, neto do Dr. Mário Duarte, portanto será uma pessoa que será chamada a recuperar também o jazigo. Igualmente o de José Estevão. Já temos o contacto de uma neta de José Estevão.

Enfim, todo um trabalho para que é preciso estar atento, diário, persistente, e gostar realmente do que se faz e ter sensibilidade para isso.

Senhor Presidente não tem nada que agradecer — é o nosso trabalho. A proposta que foi apresentada foi já aprovada já em reunião de executivo. Temos agora a Assembleia, mas julgo que é pacífico, não temos dúvidas nenhuma, a partir de um de janeiro continuamos a fazer aquilo que já fazemos, penso que bem, há cinco anos. Muito obrigado.”

Vogal Henrique Diz (PPD/PSD)¹⁰³

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara:¹⁰⁴

“Apenas esclarecer ou clarificar, nomeadamente por força da intervenção do João Pedro Dias, que este contrato tem dentro de si próprio a sua sustentabilidade financeira. A regra, a experiência, o que diz é que a gestão dos cemitérios tem uma relação positiva entre a receita e a despesa. Salvo, obviamente, momentos de pico de investimento, mas um pico de investimento num determinado momento terá depois retorno subsequentemente. Esta é uma transferência de competência em que a sustentabilidade financeira está dentro dela própria e ela não leva agarrada envelope financeiro, ao contrário de outras que cá iremos tratar e aí este raciocínio já não se aplica, como é evidente. Quanto aos trabalhadores todos os direitos estão devidamente salvaguardados neste processo, como não poderia deixar de ser”.

Não havendo mais intervenções, o Presidente da Mesa, colocou à votação¹⁰⁵ ponto 10. – Apreciação e votação dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências com a Junta de Freguesia de Esgueira e União de Freguesias de Glória e Vera Cruz, em matéria de gestão de cemitérios, sendo aprovado por maioria, com trinta votos a favor (PSD13+CDS5+PS9+PCP1+JPA2), uma abstenção (BE1), e zero votos contra.

Não houve declarações de voto.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O Presidente da Mesa informou o plenário que, para este período regimental, não existia nenhum munícipe inscrito.

Não havendo intervenções, o Presidente da Mesa, nos termos do n.º 3, do artigo 57.º do anexo I, da Lei 75/2013, de 12 setembro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da ata respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.

Depois de lida, a ata em minuta foi colocada à discussão,¹⁰⁶ não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente ata.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu por encerrada a Sessão Ordinária Novembro.

Eram 01:00 horas do dia 29 de Novembro de 2014.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, nos termos do disposto no artigo 46.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, trabalhador municipal no sector de apoio à Assembleia, que a elaborei nos termos legais.

(04:30)